



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

THAÍS MOURA COSTA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DO
ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA ELEIÇÃO DE DIRETOR DE
UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARIQUEMES**

ARIQUEMES-RO
2014

THAIS MOURA COSTA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DO
ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA ELEIÇÃO DE DIRETOR DE
UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARIQUEMES**

Monografia apresentada como parte do requisito de aprovação ao curso de Graduação em Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, sob orientação da Profª Ms. Lara Cristina Cioffi.

**ARIQUEMES-RO
2014**

Dados de publicação internacional na publicação (CIP)

Biblioteca setorial 06/UNIR

C837g

Costa, Thaís Moura.

Gestão democrática da educação básica: um estudo do envolvimento da comunidade escolar na eleição de diretor de uma escola pública de Ariquemes. / Thaís Moura Costa. Ariquemes-RO, 2014.

61 f.

Orientador (a): Prof.(a) Ms. Lara Cristina Cioffi.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Fundação Universidade Federal de Rondônia. Departamento de Ciências da Educação, Ariquemes, 2014.

1. Gestão democrática - Escolas. 2. Participação social - Educação.
3. Eleição participativa na escola. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

CDU: 37.014.53

Bibliotecária Responsável: Danielle Brito Silva, CRB: 11-766.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES**

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007
Av. Tancredo Neves, 3450 - Centro/ Ariquemes-RO / Cep. 76.872-848
Fone/Fax: (69) 3535-3563/ E-mail: campusariquemes@unir.br

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA - TCC

**CURSO DE GRADUAÇÃO - LICENCIATURA EM PEDAGOGIA: EDUCAÇÃO
INFANTIL, SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO
EDUCACIONAL.**

ACADÊMICA: THAÍS MOURA COSTA

**TÍTULO: GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DO
ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA ELEIÇÃO DE DIRETOR DE
UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARIQUEMES.**

ORIENTADORA:

Prof.^a Ms. LARA CRISTINA CIOFFI

NOTA (100)

MEMBROS DA BANCA:

Prof.^a Esp. MÁRCIA ÂNGELA PATRÍCIA

NOTA (100)

Prof.^a Dr.^a LILIAN CAROLINE

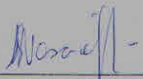
NOTA (100)

MÉDIA / NOTA FINAL (100)

Obs.: A Acadêmica está ciente que, juntamente com sua Orientadora, deverá atender as possíveis sugestões apresentadas pela Banca.

Ariquemes, 29 de Julho de 2014.

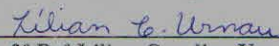
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Ms. Lara Cristina Cioffi



Prof.^a Esp. Márcia Ângela Patrícia



Prof.^a Dr.^a Lilian Caroline Urnau

AGRADECIMENTOS

A Deus meu socorro, refúgio e fortaleza, por ter me permitido esta oportunidade, me dado forças para caminhar, tornando assim, possível a realização deste sonho.

Aos meus pais, por contribuírem com todos os esforços possíveis e impossíveis, em todos os passos que dou em minha vida, sendo esta apenas mais uma prova do amor que eles têm por mim. Que muitas vezes, na tentativa de acertarem, cometeram falhas, mas que em inúmeras vezes foram vitoriosas. A minha mãe Lucinéia Vidal, que é a minha base, minha rainha meu orgulho. Mulher forte e corajosa que sempre está presente em minha vida, me apoiando e confiando em minhas capacidades. A ela eu ofereço todas as minhas realizações, pois sei que se orgulha com os meus objetivos realizados. O seu jeitinho paciente e sábio inspira toda a minha carreira acadêmica e minha vida. Ao meu pai, o meu super herói, que apesar de morar longe está sempre presente em meu coração, que hoje sorri orgulhoso ou chora emocionado com minhas conquistas. Amo muito cada um deles e agradeço a Deus a proteção que eles me proporcionam.

Aos meus manos Rodrigo Moura e Igor Goseheimer, parceiros de travessuras, que me alegram com suas simplicidade e inocência. Ao Bi (Rodrigo Moura), que está comigo todos os dias da minha vida. Nós nunca nos separamos. Temos uma ligação muito forte. Amamos-nos intensamente e brigamos muito, mas nosso amor supera tudo. Nossas brigas e momentos felizes ficarão para sempre em nossas memórias e corações. Nunca vou esquecer que por causa de minha faculdade o Rodrigo me ajudava com o serviço de casa para que eu ficasse livre para estudar e fazer os trabalhos.

Aos meus professores, verdadeiros mestres, por terem contribuído, cada um a sua maneira, para a formação da profissional e da pessoa que hoje sou.

Aos meus amigos, colegas de classe e de trabalho, pelo apoio que me proporcionaram no decorrer destes quatro anos e que participaram dos meus momentos de felicidade e que serão lembranças para toda minha vida.

À Prof.^a Lara C. Cioffi, que com sua extrema paciência e disponibilidade serviu de elemento norteador, me oferecendo todo suporte necessário para a conclusão deste trabalho.

A tia Silvana Alcides, a melhor tia do mundo. Que apesar de suas inúmeras tarefas do dia-a-dia, não mediu esforços para me auxiliar com a sua sabedoria nas correções do meu trabalho monográfico. Por todo o seu carinho e por seu sorriso maravilhoso e sempre presente, que me contagiava e que me dava mais vontade de vencer essa batalha. Perto dos

seus carinhos me sentia protegida de todos os empecilhos. Ela foi um anjo nessa minha luta que tinha como objetivo de concluir essa maratona universitária.

Aos demais membros de minha família: meus avôs e minhas avós, meus tios e tias, exemplos a serem por mim seguidos, em especial ao tio Nelson e a tia Rosangela, pelas conversas que tiravam minha concentração em minhas sessões de estudos na casa da tia Silvana, aos primos e primas, companheiros de brincadeiras, brigas e conversas que me proporcionam crescimento, enfim, a todos vocês, que fazem parte da minha vida.

E por último, ao meu bem, Arnaldo Soares Junior (Jú), uma pessoa muito especial que faz parte de minha vida, que esteve comigo nos momentos mais difíceis dessa caminhada universitária, me dando força, contribuindo para que eu não desista, me colocando sempre pra cima com suas palavras doces e gentis, me tranquilizando e caminhando sempre comigo, me transmitindo paz para os momentos de dificuldades durante este período de conclusão de curso.

RESUMO

O processo de escolha de diretores de escola por meio de eleições é uma prática que pode ser constatada nas escolas públicas em vários estados do Brasil e configura-se como aspecto da gestão democrática da educação básica brasileira. Assim, essa prática tem se firmado e mudado algumas possibilidades no sentido da democratização da escola pública a partir da possibilidade da escolha, pela comunidade escolar, onde antes vigorava a nomeação política. Diante desta realidade, a participação social e influência da comunidade escolar nos processos decisórios, entre eles a escolha do diretor escolar, fortalece a ideia de que a escola é um importante espaço de construção e fortalecimento de princípios e valores democráticos na sociedade em que está inserida. Nesta perspectiva, apresenta-se o problema: qual o envolvimento da comunidade (alunos, pais e responsáveis) no processo de eleição para diretores escolares? Entende-se que historicamente o Brasil não consolidou a cultura da participação democrática e, portanto, parte-se da hipótese de que o envolvimento da comunidade escolar dá-se efetivamente no ato de votar, mas pouco se apresenta durante o processo eleitoral para escolha de diretores. Esta pesquisa tem o objetivo de analisar o envolvimento da comunidade (funcionários, alunos, pais e responsáveis) no processo eleitoral em uma escola da rede municipal de ensino de Ariquemes (RO). Para tanto, o processo investigativo procurou levantar informações inerentes ao tema em autores (PARO, 2003; OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2006) que tratam da eleição de diretor no contexto da democracia escolar e, também, nas bases legais para a eleição de diretores; também, por meio da observação empírica, buscou-se conhecer sob quais possibilidades ocorrem o envolvimento da comunidade escolar no processo eleitoral em uma unidade de ensino do sistema de ensino municipal de Ariquemes. A abordagem metodológica adotada favoreceu uma análise descritiva qualitativa com etapas de observação, coleta de informações, registro e análise, sem, contudo, entrar no mérito do julgamento do certo ou errado (NEVES, 1996). Para analisar os aspectos democráticos da escolha de diretores, leva-se em consideração a participação social e os conflitos de interesses existentes no interior da unidade escolar. A pesquisa demonstrou que vários fatores influenciam na participação da comunidade, alguns internos, como os conflitos que acontecem entre grupos estabelecidos na unidade escolar e outros fatores externos, como a dificuldade de conciliar horário de trabalho com o tempo para a participação no processo eleitoral. Desse modo, é importante enfatizar que as eleições implicam em características pertinentes a todo processo democrático e enquanto processo em construção no contexto político brasileiro, o envolvimento da comunidade escolar fica preso ao entendimento quanto à noção de participação, que para uns efetiva-se no ato de votar, enquanto para outros, a participação no processo eleitoral dá-se na perspectiva de influência nas decisões escolares.

Palavras chave: Gestão democrática. Eleição de diretor. Participação social e influência.

ABSTRACT

The process of choosing school leaders through elections is a practice that can be found in the public schools in several states of Brazil, and is configured as an aspect of democratic management of the Brazilian basic education. So, this practice has been signed and changed some possibilities towards democratization of public schools from the possibility of choice, by the school community, where earlier prevailed the policy nomination. Based on this reality, social participation and influence of the school community in the decision processes, including the selection of the school principal, strengthens the idea that the school is an important area for building and strengthening of democratic principles and values in the society in which it operates. In this perspective, it is presented the problem: what is the involvement of the community (students, parents and guardians) in the election process for school principals? It is understood that historically Brazil did not consolidate the culture of democratic participation and thus, starting point is the hypothesis that the involvement of the school community to effectively is given in the act of voting. It is understood that historically Brazil did not consolidate the culture of democratic participation and thus, starting point is the hypothesis that the involvement of the school community to effectively gives the act of voting, but shortly is presented during the electoral process for choosing directors. This research has the objective of analyzing the involvement of the community (staff, students, parents and guardians) in the electoral process in a school of municipal schools of Ariquemes (RO). For this purpose, the investigative process tries to show information involved with the topic in authors (PARO, 2003; OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2006) that deal with election of school director in the context of school democracy and also the legal basis for the election of directors; Also, through empirical observation, we tried to know under what possibilities occurs the involvement of the school community in the electoral process in a unit of education of the city of Ariquemes education system. The methodological approach adopted favored a qualitative descriptive analysis with stages of observation, data collection, recording and analysis, without, however, going into the merits of the judgment of right or wrong (NEVES, 1996). To analyze the democratic aspects of the choice of directors, takes into consideration the social participation and conflicts of interest inside the school unit. The research showed that several factors influence the participation of the community, some internal, such as conflicts that occur between established groups in the school and the other external factors such as the difficulty of reconciling work schedule with time to participate in the electoral process. Thus, it is important to emphasize that elections imply relevant characteristics at all democratic process as a process in progress in the Brazilian political context, the involvement of the school community gets stuck to the understanding of the notion of participation, which is effective for some in the act from voting, while to others, participation in the electoral process gives the perspective of influence in school decisions.

Keywords: Democratic management. Principal's election, Social participation and influence.

LISTA DE SIGLAS

LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E DISCUSSÕES	14
2.1 Origem e trajetória da eleição de diretores escolares no Brasil.....	14
2.1 Desafios à gestão democrática da educação básica: a eleição para diretores e a participação e influência da comunidade em questão.....	18
3 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES	24
4 A METODOLOGIA DA PESQUISA	28
4.1 Contextualização da escola e atores escolares envolvidos na pesquisa.....	31
5 ESTUDO DO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA ELEIÇÃO DE DIRETOR DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARIQUEMES.....	35
5.1 Participação social.....	40
5.1.1 A participação social dos funcionários.....	40
5.1.2 Participação social da comunidade escolar	43
5.5 Conflito de interesses	49
6 CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa	55
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista	56
APÊNDICE C – Termo de Consentimento livre e Esclarecido.....	57
ANEXO 1- Lei Municipal nº 1387, de 26 de maio de 2008.	58

1 INTRODUÇÃO

É de fato importante considerar que o processo eleitoral como escolha de diretores escolares tem uma significativa relevância no contexto do processo democrático vivido no Brasil atualmente, pois tende a fomentar e fortalecer a participação de toda comunidade na gestão da escola e em suas demandas. Assim, considerou-se o tema “Gestão democrática da educação básica: um estudo do envolvimento da comunidade escolar na eleição de diretor de uma escola pública de Ariquemes” como foco desta pesquisa desenvolvida no âmbito de uma escola municipal de Ariquemes.

Configura-se que para alcançar os objetivos de uma gestão democrática é necessário garantir a participação de todos nas tomadas de decisões, bem como promover um ensino que, sobretudo, tenha o intuito de qualificar os alunos incluindo a apropriação de valores para a formação cidadã, entendendo que as eleições de diretores contribuem com a melhoria da qualidade de ensino (PARO 2003).

Nesse sentido, é imprescindível perceber os diferentes espaços de participação política dos cidadãos e a centralidade da escola neste contexto. Diante da constatação da importância da interação comunidade-escola e da significância de uma política organizacional democrática para o desenvolvimento de projetos educacionais que validem a construção da cidadania, torna-se enfático buscar fundamentos tanto teóricos quanto empíricos para consolidar a ideia de que a escola é um importante espaço de construção e fortalecimento de princípios e valores democráticos.

Dada a contribuição da escola para a construção de uma sociedade democrática, que realiza-se a partir dos processos participativos nas decisões escolares, indaga-se: Qual o envolvimento da comunidade (profissionais da educação, alunos, pais e responsáveis) no processo de eleição para diretores no âmbito da unidade escolar?

Esta pesquisa tem o intuito de investigar o processo eleitoral para escolha de diretores em suas diferentes possibilidades de participação com o objetivo de analisar o envolvimento da comunidade (funcionários, alunos, pais e responsáveis) no processo eleitoral.

No início do trabalho investigativo, a principal hipótese vinculada ao problema foi de que a comunidade participa a partir do comparecimento para votar, mas pouco se envolve no processo eleitoral, o que foi possível verificar no desenvolvimento da pesquisa constatando a dualidade na noção de envolvimento que se caracterizou na díade votar-participar.

Ressalta-se que a pesquisa desenvolveu-se por meio de estudo de caso, dentro da metodologia descritiva qualitativa, que por sua vez, tem a intenção de observar, registrar e analisar sem, contudo, entrar no mérito do julgamento do certo ou errado (NEVES, 1996).

A referida pesquisa, inicialmente, tinha como foco uma escola da zona rural do município de Ariquemes, contudo, em virtude de alguns percalços para o deslocamento até a referida escola, não houve possibilidade de desenvolver a investigação empírica naquele ambiente (destaca-se que o ambiente rural apresenta características diferenciadas em relação à participação da comunidade na escola). Foi necessário buscar uma escola acessível às condições para a pesquisa, neste caso, localizada na área urbana do referido município.

Para subsidiar a compreensão da realidade apreendida, fez-se pesquisa documental e bibliográfica nos fundamentos legais e produção de pesquisadores da área que propõem a participação social tanto no planejamento e elaboração de políticas educacionais, bem como na execução das deliberações colegiadas.

Sabe-se que a Constituição Brasileira de 1988 incorporou a gestão democrática como princípio do ensino público na forma da lei. Entretanto, em muitos municípios isso ainda não acontece e os cargos de direção de escola acontecem sob a forma de nomeação política. Ressalta-se que o município de Ariquemes legalizou essa demanda com a Lei Municipal nº 1.387, que foi aprovada e entrou em vigor em 26 de maio de 2008. Esta legislação representa um marco legal importante que muda o cenário educacional e de gestão das instituições de ensino, uma vez que a gestão democrática consegue ultrapassar a estrutura física da escola e estabelecer um elo de corresponsabilidade com a comunidade externa, a quem na realidade a escola pertence (PARO, 2003).

A investigação empírica ocorreu em uma escola municipal localizada na área urbana de Ariquemes e a coleta de informações desenvolveu-se por meio de estudo em documentos que registram o processo eleitoral da referida escola, questionários de pesquisa aplicados às representantes de todos os segmentos envolvidos no processo eleitoral e entrevistas com mesmos segmentos escolares.

Os dados levantados subsidiaram a elaboração deste trabalho monográfico que se apresenta com a seguinte organização, a partir da introdução:

A seção subsequente apresenta uma revisão bibliográfica sobre a gestão democrática, com o título Gestão democrática da educação básica: um estudo do envolvimento da comunidade escolar na eleição de diretor de uma escola pública de Ariquemes.

O estudo relata como se deu a evolução histórica da gestão democrática e discute o tema a partir dos autores (DOURADO, 2006; PARO 2003, SILVA, 2006) que tem

contribuído com o assunto. Ressalta também que essa é uma prática relativamente antiga e que dissipa a gestão por nomeação e efetiva a participação da sociedade no âmbito escolar.

A terceira seção, com o título “Fundamentos Legais para a Eleição de Diretores Escolares”, se apresenta com intuito de abordar a legislação para a eleição de diretores, tanto em seus fundamentos na Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/1996), como especificamente na legislação municipal que orienta a eleição de diretores no município de Ariquemes (RO).

Na quarta seção, “A Metodologia da Pesquisa”, registra-se a metodologia adotada para o desenvolvimento da referida pesquisa. Ressaltando as categorias de análise que subsidiam a discussão de como se dá o envolvimento da comunidade (alunos, pais e responsáveis) no processo de eleição para diretores nas escolas da rede municipal em Ariquemes, a saber, “participação social” e “conflito de interesses”. Ainda nesta seção, faz-se a contextualização da escola e atores escolares envolvidos na pesquisa, com apontamento da estrutura física, dados sobre atendimento dos serviços educacionais.

Na quinta seção, apresentam-se os dados levantados na fase empírica e a “Estudo do Envolvimento da Comunidade Escolar na Eleição de Diretor de uma escola Pública de Ariquemes”, pelo estudo bibliográfico e documental do trabalho. Ressalta que os dados referentes à pesquisa foram desenvolvidos em consonância com as categorias: Participação Social e Conflitos de Interesses. E conceitua-se ainda que o texto apresenta a importância do processo eletivo, bem como sua influência nas decisões escolares.

2 ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E DISCUSSÕES

O processo de escolha para o cargo de diretor escolar por meio de eleições é uma prática que pode ser constatada nas escolas das redes públicas em vários estados do Brasil. Nesta seção, apresenta-se o registro da revisão bibliográfica em diversos autores (DOURADO, 2006; PARO 2003; SILVA, 2006; ESQUINSANI, 2013) que apresentam experiências e discutem os processos em que se deram a eleição de diretores em distintas realidades brasileiras.

Para contextualização das reflexões propostas pelos autores, organizou-se o texto procurando constituir uma linha do tempo para localização cronológica das experiências no intuito de favorecer o entendimento do processo enquanto aspecto de uma determinada realidade social e política.

2.1 Origem e trajetória da eleição de diretores escolares no Brasil

De acordo com Silva (2006), a noção de eleição de diretor escolar parte da perspectiva do envolvimento da comunidade no processo decisório no interior da instituição escolar e afirma que a prática dessa eleição contribui, mas não garante o exercício da gestão democrática da educação.

Conforme relata a autora, a discussão sobre a participação da sociedade civil na gestão da educação não é algo recente na literatura educacional brasileira. Na década de 1930, Anísio Teixeira já concebia a municipalização da educação como um mecanismo de descentralização, que dotaria as instâncias públicas de autonomia, favorecendo a democratização da educação. Para Silva (2006, p. 289).

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, traz a gestão democrática como um dos princípios norteadores da oferta do ensino público no país. A inclusão desse princípio no texto legal é resultado de reivindicações de movimentos populares, sindicais e outros segmentos da sociedade civil pela publicização do Estado, uma vez que o país passava por um regime militar autoritário e centralizador que se estendeu no período de 1964 até 1985.

Muito se tem discutido a respeito do processo de escolha de diretores escolares, fato este que vem ao longo dos anos chamando a atenção dos pesquisadores e subsidiando a produção acadêmica sobre as políticas voltadas para a gestão democrática na educação.

Silva (2006) salienta que dentre a classificação de escolha de diretores escolares encontrados na literatura pertinente ao tema, destacam-se quatro tipos a partir das elaborações de Gadotti e Romão¹: a nomeação, o concurso público, a eleição e o esquema misto, que estão descritos abaixo (GADOTTI, ROMÃO *apud* SILVA, 2006):

- O primeiro mecanismo, **a nomeação**, utiliza-se da prática da indicação do diretor por um agente externo à instituição escolar para ocupar um cargo de confiança. Na maioria dos casos esse agente pode ser o prefeito ou o governador. Essa modalidade não traz segurança para o diretor, pois ele pode ser substituído a qualquer momento, de acordo com os interesses políticos e com as conveniências daqueles que o indicaram. Essa prática baseia-se muito mais em critérios políticos clientelistas que técnico-acadêmicos.
- **O concurso público** pode ser realizado, pelo menos, de duas formas: por meio de provas de conhecimento ou da conjunção de provas e títulos que se propõem a aferir o grau de conhecimento técnico e a comprovação de formação acadêmica para o exercício das funções inerentes ao cargo de diretor de escola.
- **A eleição** pode ser realizada de diferentes formas: voto direto, uninominal ou por escolhas através de listas tríplices ou plurinominais. A adoção desse mecanismo é importante para o exercício da gestão democrática e colegiada, pois favorece o desenvolvimento do diálogo na escola e resulta na distribuição e na democratização do poder dentro da escola, bem como o alcance do equilíbrio entre a competência técnico-acadêmica e a política necessária ao diretor para o exercício do cargo.
- Por último, o mecanismo de **esquema misto**, combina duas ou mais fases no processo de escolha dos diretores. Essas fases podem se constituir em provas que aferem a competência técnica e a formação do candidato, e eleições que verificam sua experiência administrativa, capacidade de liderança.

¹ GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E. Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2004.

De acordo com os estudos de Paro (2003), a década de 1960 pode ser percebida como o marco inicial da organização dos processos eletivos para a escolha de diretores escolares, entretanto, nota-se que esse processo se fortaleceu por volta de 1980, uma vez que esta é efetivamente uma época que borbulhava o processo de redemocratização do país (PARO 2003).

Sobre as experiências deste período, Paro (2003), em estudo de campo que analisou o processo de eleição de diretores em vários sistemas de ensino brasileiros, apresenta os limites e impactos destas experiências na gestão da escola pública, para tanto destaca-se os relatos de Calaça (1993)², Castro et al (1991)³, Holmesland et al. (1989)⁴ apresentados por Paro:

Calaça (1993), em estudo realizado na rede municipal de ensino de Goiânia, aborda a existência de práticas clientelistas na eleição de 1984. Nesse município, "alguns candidatos patrocinados por vereadores distribuíram santinhos, calendários e camisetas e prometeram favores em troca de votos" (CALAÇA *apud* PARO, 1996, p. 379).

Sobre a experiência gaúcha, Castro et al. (*apud* Paro, 1996, p. 379) relata que um dos professores entrevistados por ele, declara que no Rio Grande do Sul, continua a haver as chamadas "panelinhas", ou seja, grupos que se organizam em prol de uma realidade, uma vez que está trará benefícios particulares, assim, de forma fraudulenta, permeiam o processo. (CASTRO et al. *apud* PARO, 1996, p.379).

Nota-se também que Holmesland et al. (*apud* Paro, 1996, p. 379) apresenta depoimentos de diretores que evidenciam uma concepção clientelista do pessoal escolar, posto que os mesmos exigem uma contrapartida, ou vantagem pessoal para vincular apoio ao processo eletivo.

Segundo as observações de Paro (2003), pode-se verificar que até o ano de 1989, em vários estados, sob a característica de obrigatoriedade, elegeu-se a eleição como critério de escolha dos diretores nas escolas públicas, contudo, no início da década de 1990, nota-se certo refluxo das eleições em alguns estados, produto da ação de governos pouco comprometidos com a democracia, que entram com Ações Diretas de Inconstitucionalidade⁵ contra as eleições

² CALAÇA, Celina Ferreira. *Eleição de diretor de escola e gestão democrática: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. PUC_SP, São Paulo, 1993.

³ CASTRO, Marta Luz Sisson de et al. Eleição de diretores: a experiência do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Brasília, v.7, n.1/2, p.80-102, jan./dez. 1991.

⁴ HOLMESLAND, Içara da Silva et al. A liderança nas escolas na nova democracia social: uma análise interestadual. Porto Alegre. Relatório de Pesquisa.

⁵ Ação Direta de Inconstitucionalidade: Ação que tem por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional, ou seja, contraria a Constituição Federal. A ADI é um dos instrumentos daquilo que os juristas chamam de "controle concentrado de constitucionalidade das leis".

com a clara intenção de proteger seus interesses político-partidários, identificados com práticas clientelistas.

Em alguns sistemas de ensino, os quais já haviam experimentado a escolha democrática de diretores, como no Paraná e no Distrito Federal, os governadores eleitos em 1994 voltam a introduzir a eleição direta, em cumprimento as suas plataformas de governo.

As eleições de diretores caracterizam as propostas políticas que apresentam-se como projetos voltados aos interesses da coletividade.

A principal justificativa da eleição de diretor reside precisamente na intenção de que, sendo escolhido pelos servidores da escola e pela comunidade, o dirigente escolar possa articular-se aos interesses dos que o elegeram. Ou seja, a eleição de diretores põe-se como uma das formas de a sociedade civil, com sua participação, pelo voto, proceder ao controle democrático do Estado, substituindo o sistema de simples concurso ou de simples indicação, pela manifestação de sua vontade, contra o burocratismo exacerbado de um Estado que se distancia dos interesses da população, primeiro caso (concurso), e contra o clientelismo favorecedor de interesses particularistas dos aliados do governo no poder (PARO, 1996, p. 78).

Tais eleições devem prioritariamente servir aos interesses da comunidade e ter como objetivo a ampliação da democracia, isso porque as instituições educacionais precisam, sobretudo, utilizar-se de mecanismos que possibilitem a interação e o convencimento e especialmente procurar consolidar o consenso dos que participam do processo.

Paro (1996), discutindo o tema, afirma que a defesa da eleição como critério para a escolha de diretor de escola está baseada em seu caráter democrático. É contraditório pensar na existência de uma sociedade democrática, sem considerar a democratização das instituições que compõem essa sociedade, possibilitando, inclusive, à população controlar o Estado no provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e em atendimento aos interesses dessa sociedade.

Este mesmo autor nos informa que o processo de escolha dos diretores escolares, antigamente, era realizado por meio da nomeação política, prática a qual se perpetuou por anos, por meio de políticas descomprometidas com a democracia que defendiam apenas os interesses político-partidários. Dessa forma, essa prática era vista como uma proteção ao poder estabelecido.

Nos dias atuais, conforme salienta Paro (1996), a eleição direta para a escolha de diretores com a participação de alunos, pais e comunidade escolar, já é realidade em muitos

estados brasileiros, uma prática vista com um valor positivo para a democracia no âmbito escolar.

Para Silva (2006), a adoção de eleição para diretor escolar contribuiu para a diminuição ou eliminação de práticas tradicionalistas alicerçadas no clientelismo e no favorecimento pessoal, prática comum na escolha de diretor através de nomeação. Contudo, isso não significa dizer que o clientelismo não tenha deixado de exercer suas influências na instituição escolar.

Para a autora, é de fundamental importância ressaltar que: “A eleição também consolida o corporativismo de determinados grupos dentro da escola, que querem tirar proveito da situação, buscando o alcance de benefícios para o grupo, sem se comprometer com o coletivo da escola” (SILVA, 2006, p. 296).

No interior da instituição escolar os atores são divididos em grupos de acordo com os seus interesses, possibilitando o alcance de objetivos comuns aos membros do grupo. Utilizando a eleição de diretor para beneficiar o seu grupo, que após eleito, estabelece medidas autoritárias enraizadas nas bases das tomadas de decisões da escola.

De acordo com Paro (1996), é possível notar nos dias de hoje, em discursos de alguns políticos, a suposta preocupação no sentido de garantir o direito das instituições escolares a escolha de seus diretores de forma democrática, no entanto, salienta que o fato de alguns políticos passarem a inscrever em suas plataformas eleitorais o compromisso com a eleição de diretores, nem sempre garante seu compromisso com a gestão democrática da educação.

Pode-se conceituar que a gestão democrática no país é uma significativa conquista dentro do sistema educacional, posto que esta configuração de administração escolar tende a desenvolver seu trabalho sem quaisquer vínculos com o meio político. Contudo a de se considerar que a prática de eleições para diretores acontece desde a década de 60, e desde então essa realidade perpassou grandes e significativas momentos. Nos anos 80 teve seu apogeu passando a ser realidade em vários estados da confederação brasileira.

2.1 Desafios à gestão democrática da educação básica: a eleição para diretores e a participação e influência da comunidade em questão

Os estudos sobre a gestão democrática da educação básica (DOURADO, 2006, SILVA 2006, PARO 2003), são unânimes na afirmação de que a eleição para diretores por si

não assegura a democratização da escola pública, mas responde significativamente à demanda social por participação e influência da sociedade civil nas decisões do que se refere aos serviços educacionais públicos.

Dourado (2006), discutindo o tema, ressalta que democratização da escola implica repensar a sua organização e gestão, redimensionando as formas de escolha de diretores com a consolidação e a participação coletiva de pais, alunos, professores e comunidade escolar na gestão da escola.

Tratando de gestão e participação nos conselhos escolares, novamente infere-se a preocupação de Dourado (2006), que enfatiza a contribuição de Fonseca (1997)⁶. Dessa forma, realça que a cultura e a lógica organizacional da escola só se democratizarão se todos que vivenciam seu cotidiano contribuírem para o processo de mudança.

A construção de uma cultura democrática só é possível a partir de práticas democráticas. Os princípios e regras que norteiam essa prática, embora ligados à natureza universal dos valores democráticos, têm uma especificidade intrínseca à natureza e ao projeto social de cada escola ou sistema escolar. A escola não é democrática só por sua prática administrativa. Torna-se democrática por suas ações pedagógicas e essencialmente educativas (FONSECA, *apud* DOURADO, 2006, p. 61).

O entendimento de eleições diretas para a escolha de diretores escolares deve-se pautar no princípio da gestão democrática, bem como na ruptura com paradigmas tradicionais. Cabe aos agentes da escola, tanto gestores quanto docentes, perceber a importância de uma escola democrática, onde os esforços são somados para proporcionar um espaço de interação de saberes.

O processo de democratização da escolha de diretores tem contribuído para se repensar a gestão escolar e o papel do diretor e do conselho escolar. A democratização da gestão por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação na escola, em especial do conselho escolar e da escolha de diretor, pode-se apresentar como uma alternativa criativa para envolver os diferentes segmentos das comunidades locais e escolar nas questões e problemas vivenciados pela escola (DOURADO, 2006, p. 68).

A opção pela eleição de diretor escolar destaca-se entre as práticas mais adotadas como a que melhor representa o desenvolvimento de uma gestão democrática. É importante ressaltar que esse mecanismo não resolverá sozinho todo o problema da escola, pois o verdadeiro exercício desse modelo de gestão requer a participação da comunidade escolar e local no processo de tomada de decisão sobre as diferentes dimensões - política, pedagógica e financeira - da gestão da educação. (SILVA, 2006, p. 296).

⁶ FONSECA, Dirce Mendes da. Gestão e Educação. In: Revista Universidade e Sociedade, ano IV, 7 Jun, 1994.

A eleição de diretores adquiriu lugar de destaque no processo de democratização da escola e dos sistemas de ensino, a sua realização cria vínculos entre a comunidade, alunos, trabalhadores em educação e direção eleita em torno de um projeto de trabalho coletivo (MENDONÇA⁷, *Apud* ESQUINSANI, 2013, p.13).

Conforme Paro (2003), as eleições para a escolha de diretores escolares atuam como uma ação salvadora para derrubar as práticas tradicionalistas elencadas no clientelismo e favorecimento pessoal. A participação efetiva dos envolvidos no processo educacional: pais, alunos e comunidade escolar representa um avanço no processo para uma gestão democrática.

De acordo com Dourado (2006), “as eleições diretas para a escolha de diretores escolares, têm sido a modalidade considerada mais democrática pelos movimentos sociais, inclusive dos trabalhadores da educação e seus sindicatos”.

Dessa forma o autor enfatiza que é de fundamental importância garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo educacional para que haja uma escolha justa e democrática.

é fundamental a compreensão de que a construção da gestão escolar democrática é sempre processual. Sendo, então, uma luta política e pedagógica, para se impor, é necessário envolver a todos: pais, funcionários, estudantes, professores, equipe gestora e comunidade local (DOURADO, 2006, p.13).

Nesse contexto, pode-se inferir que no que se refere a configuração de administração escolar por eleição traz distribuição de responsabilidade e parcerias que serão importantes para a melhoria da instituição, bem como, o oferecimento do ensino em si. Sendo assim pode-se compreender que representa uma eficiente alternativa, visto que a partir dela necessariamente se tenha a participação da comunidade na escola, entretanto torna-se relevante verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade.

Neste sentido, Dourado salienta:

Não consideramos a eleição, por si só, garantia da democratização da gestão, mas referendamos essa modalidade enquanto instrumento para o exercício democrático. A forma de provimento no cargo pode não definir o tipo de gestão, mas, certamente, interfere no curso desta. Assim, visualizar a eleição como ação terminal é incorrer no equívoco de se negar o caráter histórico do processo, pois a eleição deve ser um instrumento associado a outros na luta pela democratização possível das relações escolares. (DOURADO, 2006 p.66)

⁷ MENDONÇA, E. F. *A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira*. Campinas: LaPPlanE/ FE/ Unicamp, 2000.

E, Esquisani alerta:

Mesmo que a escolha do diretor aconteça, democraticamente, através de eleições diretas envolvendo todos os membros da comunidade escolar, tal avanço pode não consubstanciar-se em gestão democrática de fato, pois os mecanismos lícitos de uma eleição (o apoio de uma maioria) podem conter – implícita ou explicitamente – práticas patrimoniais distintas dos interesses democráticos. (ESQUINSANI, 2013, p.106)

Diante do exposto, considera-se que a tomada de decisão ocorra de forma coletiva e, para tanto, faz-se necessário a efetivação de mecanismos participativos, dentre eles: o aprimoramento dos processos de escolha ao cargo de diretor, como também a criação e consolidação de órgãos colegiados na escola – conselhos escolares e conselho de classe. Nesse sentido, a participação de pais, alunos e toda comunidade escolar nos processos de construção do Projeto Político Pedagógico da escola; a redefinição das tarefas e funções da Associação de Pais e Mestres na perspectiva de construção de novas maneiras de se partilhar o poder e a decisão colegiada nas instituições caracterizam a eficácia de uma gestão democrática e organizada.

A efetivação da gestão democrática implica ações compartilhadas que resultem na participação de todos, contrariando a lógica cartorial e hierárquica vigente na gestão das escolas. Não se muda a cultura escolar sem o trabalho coletivo, mas com discussões conjuntas e a busca de resolução dos problemas de modo participativo (Dourado, 2006, p. 67).

É de fato importante considerar que as relações democráticas e cooperativas não proporcionam por si só qualidade de trabalho, ou boas condições para desenvolvê-lo, uma vez que persistem determinadas reclamações a respeito da falta de recursos e da precariedade das condições de trabalho e mesmo assim, não se desenvolve qualquer alternativa que venha contribuir para a superação de tal condição ou de pressionar o Estado no sentido dessa superação.

É fato que diante dos usuários e do pessoal escolar, a figura do diretor aparece como responsável último pelo funcionamento da escola, além de ser ele a autoridade máxima pela instituição diante do Estado e poder público. Contudo há de se ressaltar que uma gestão participativa infere uma participar de forma efetiva da comunidade que a priori deve sem quaisquer dúvidas sentir-se responsável diante da gestão da escola, possibilitando a consolidação da autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado.

Contudo, é fato que essa democratização só terá condições de acontecer "na medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar

ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los" (PARO et al., 1988, p.228).

Mecanismos democráticos de decisões permitem que a comunidade escolar possa contribuir e participar da gestão da escola através das Associações de Pais e Mestres, Conselhos Escolares e outros colegiados que permitam a representação da comunidade na discussão das questões educativas e de interesse comunitário.

A democratização e a descentralização da gestão educacional são processos necessariamente indissociáveis e trazem de forma implícita a necessária mudança nas relações de poder. A descentralização se constitui em processo necessário à democratização e ambas são meios para se alcançar a efetiva participação dos cidadãos nas decisões que dizem respeito à sua vida individual e coletiva. Assim, essas se constituem em processos necessários para o exercício da cidadania (BORDIGNON, *Apud* SILVA, 2006, p. 292).

Relacionando esta proposição sobre democratização e descentralização ao processo de eleição de diretores, verifica-se que ficam envolvidos no processo decisório da administração da escola, os próprios candidatos ao cargo de direção, os professores, os pais e alunos contribuindo com ampliação da autonomia da escola.

A participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública.

Participação é compreendida como a organização e gestão cujo objetivo é criar as condições e mecanismos para que os diferentes sujeitos sociais possam atuar e interferir nos diferentes espaços de decisão e responsabilização das unidades escolares. Significa reconhecer que na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs (DOURADO, 2006, p.62).

A escola necessariamente deve desenvolver suas atividades inserindo todos os seus agentes, nesse sentido deve considerar as pertinências intelectuais, sociais, bem como que o modo de pensar e agir das pessoas podem necessariamente facilitar, incentivar e validar os trabalhos, contudo não se pode desperceber que esses mesmos agentes podem, mesmo com pensamentos diferentes, contribuir com o processo.

[...] mesmo para uma definição mínima de democracia, como é a que aceito, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais

e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação etc (BOBBIO *Apud* ESQUINSANI, 2013, p.8).

Para isso, é importante que a comunidade escolar organizada defenda seus direitos de cidadania, fiscalizando a ação da escola e colaborando com ela na pressão junto aos órgãos superiores do Estado para que este ofereça condições objetivas possibilitadoras da realização de um ensino de boa qualidade.

Esquinsani (2013), salienta que, por mais que a intenção explícita da eleição de diretores seja garantir a democracia no âmbito da gestão escolar, estruturas viciadas podem obstaculizar tal intenção e, por conseguinte, deixar a gestão à mercê de práticas patrimonialistas.

Silva (2006) enfatiza que para a escola constituir-se verdadeiramente em um espaço de exercício da democracia é preciso que ocorra mudança nas práticas de exercício de poder. É necessário que os sistemas de ensino rompam com a verticalização dos processos e com as relações de dominação existentes na administração da educação pública, possibilitando que a comunidade utilize o poder como instrumento de conquista e atendimento dos interesses da maioria.

Esta autora informa que a gestão democrática não resolverá sozinha todos os problemas do sistema de ensino no Brasil, mas a sua implementação é hoje uma exigência da própria sociedade que se quer mais justa e participativa. É importante a garantia dos mecanismos necessários para o exercício desse modelo de gestão, bem como a criação de políticas educacionais que partam de dentro da escola, atendendo às suas necessidades e assegurando a descentralização do processo de tomada de decisão.

Compreende-se que é de fato importante enfatizar que a eleição para diretores nas escolas públicas não configuram por si a democratização da instituição, outrossim, há de se observar que o processo democrático nas escola deve ir além de assegurar à sociedade sua mera participação nas demandas trabalhistas e financeiras, sobretudo que essa democratização consolide um novo pensar participativo, responsável e coerente a respeito dos trabalhos da escola e do processo de ensino.

3 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES

Nesta seção apresenta as bases legais que fundamentam a eleição de diretores na escola pública, no âmbito da gestão democrática subsidiando com a Constituição Federal Brasileira, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), Lei nº 1387 do município de Ariquemes e o Plano Nacional da Educação “PNE”.

3.1 Fundamentos legais no âmbito nacional da Educação

Conforme prescrito na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 205, a educação é direito de todos. É direito de cada indivíduo ter uma educação que promova e incentive o desenvolvimento da pessoa e que tenha como base a formação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Educação fundamentada nos princípios de igualdade de oportunidade, ensino público gratuito, valorização dos profissionais da Educação, (BRASIL, 1988).

Depreende-se que diante do exposto pela Constituição Federal Brasil, (1988), em seu Artigo (Art. 204), assegurou em seus princípios e diretrizes, “a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” depois dessa promulgação a gestão descentralizada e popular ganhou ênfase e uma intensa mobilização e articulação dos diversos segmentos sociais organizados. Assim a gestão escolar democrática e descentralizada ganhou legislação própria com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), de 20 de dezembro de 1996, que em sua redação prescreve princípios democráticos para o ensino público.

Partindo desse pressuposto, a LDBEN nº 9394/96 prevê em seu artigo 3º, inciso VIII, que o ensino será ministrado com base no princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” mediante a “participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica” e a “participação da comunidade escolar e local, em conselhos escolares ou equivalentes”. Os artigos 14 e 15 estabelecem que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades (BRASIL, 1996).

Sendo assim, ressalta-se que à proporção que a sociedade civil ganha visibilidade e legitimidade através dos instrumentos democráticos e de participação política, simultaneamente aprofundam-se os limites da democracia representativa e a necessidade de se solidificar os processos de participação social. Diante disso, a participação da sociedade no processo administrativo leva em consideração os interesses coletivos e consequentemente a

gestão das políticas públicas e educacionais podem ser percebido como um processo de conquista, um passo para a construção da cidadania.

Dentre as leis que amparam e caracterizam os trabalhos educacionais no Brasil pode-se ainda considerar o Plano Nacional da Educação “PNE” que foi aprovado pelo Senado Brasileiro aos 03 de Junho de 2014. Esse documento traz diretrizes que vislumbram direcionar e fortalecer o sistema de ensino brasileiro, além de apresenta discussões sobre melhorias na qualidade do ensino, superação da desigualdade, universalização do ensino e em seu Artigo 6º apresenta como ponto importante dentre as conquistas a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública. Que tem como meta:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).

Essas metas possuem estratégias contundentes e bem definidas, no intuito de alcançar resultados significativos e satisfatórios. Encontra-se com uma dessas estratégias a necessidade de fortalecer o vínculo da comunidade com as instituições escolares para garantir que tanto as atividades pedagógicas quanto as financeiras perpassam por crivos da sociedade vinculada a escola. “estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares” (BRASIL, 2014).

Salienta-se que o município de Ariquemes executa a proposta observada no PNE. Nesse sentido, pode-se observar que nas escolas há a participação comunitária e os alunos são cientes da importância dessa gestão. Entretanto, é de fato notório que em muitos estados e município da federação brasileira ainda não validou o processo eletivo em suas escolas. Sendo, portanto, necessário um novo pensar, uma quebra de paradigma para que essas instituições venham inserir-se no processo e construir com suas comunidades novas possibilidades de crescimentos e fortalecimento da cidadania.

3.2 Fundamentos legais da eleição de diretor em Ariquemes

Pensando em gestão democrática para as escolas municipais de Ariquemes, no ano de 2008, foi elaborado um projeto de lei para que fosse realizada a primeira eleição direta para gestor de forma democrática. Para que o tramite eleitoral fosse validado de forma democrática, tal processo dar-se-ia da seguinte forma, poderiam votar: alunos acima de 16 anos; funcionários efetivos (concursados); pais ou responsáveis dos alunos, conforme descrito no Art.2º:

Terão direito de votar na eleição:

I – Os alunos maiores de 16 (dezesseis) anos, regularmente matriculados na escola.

II – Um dos pais ou responsável legal pelo aluno menor de 16 (dezesseis) anos, perante a escola.

III - Os membros do magistério e os servidores públicos em efetivo exercício na escola, no dia da eleição, incluindo aí os funcionários desta escola que estiverem em gozo de férias ou licença Lei nº 1387, de 26 de maio de 2008 (ARIQUEMES, 2008).

Mediante as observações supracitadas, nota-se que a eleição no âmbito das escolas do município de Ariquemes obedece às regras democráticas vigentes na legislação do país, uma vez que os eleitores necessariamente devem estar em consonância com a lei para que possa ser considerada legal sua participação na eleição.

Na primeira eleição para diretores realizada no município, todos os candidatos tiveram que passar primeiramente pelo processo de avaliação escrita. Os conteúdos propostos em tal avaliação tinham como objetivo elencar conhecimentos prescritos em leis tais como: a LDBEN nº9394/96, regimento jurídico do município, plano de carreira, entre outros (ARIQUEMES, 2008).

Para que o candidato fosse aprovado nessa etapa do processo, o concorrente deveria obter uma nota acima de 6,0 na avaliação escrita. O candidato também deveria cumprir outros requisitos tais como: ter dois anos de exercício efetivo no local a qual iria concorrer, depois da avaliação escrita, o candidato deveria elaborar o seu plano de trabalho. Em seguida o mesmo deveria fazer a entrega de documentos exigidos em edital para a comissão eleitoral de sua escola, a qual faria sua inscrição. É importante ressaltar que a eleição seria realizada de forma direta, por meio de voto secreto e o mandato de tais representantes teria a duração de 3 anos (ARIQUEMES, 2008).

Art. 3º. Poderá concorrer as funções de que trata esta lei, todo membro do magistério público municipal que preencha os seguintes requisitos:

I – Tenha no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício no magistério público municipal e que pertença a pelo menos 2 (dois) anos do quadro efetivo da escola em que concorrer.

II – Seja concursado e tenha contrato de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais no município.

III – Formação em Pedagogia ou outra licenciatura com pós-graduação específica para exercício da função.

IV – Caso não haja na escola candidato que pertença ao quadro de funcionários da escola há pelo menos 2 (dois) anos, poderão concorrer qualquer candidato que preencha os requisitos dos incisos II e III deste artigo.

V – Caso não haja ninguém disposto na escola em se candidatar ou que preencha os requisitos nesta Lei mencionados a Secretaria de Educação, indicará para assumir o pleito, sendo que o mesmo deverá proceder-se como se eleito fosse (ARIQUEMES, 2008).

De acordo com o Artigo 3º acima citado aparecem transcrito algumas definições para validar a candidatura de um profissional ao cargo de diretor escolar. Entende-se que os levantes que são observados na lei qualificam e estreita a concorrência para o trabalho, o que infere melhor preparo para o desempenho da função.

A referida Lei, também dispõe sobre os critérios para o preenchimento do cargo de vice-diretor:

Em razão proporcional ao tamanho da escola (mais de 500 alunos regularmente matriculados- artigo 1º. da Lei nº 1387), a mesma contará com a figura de um vice-diretor.

Art. 1º. § 2º. A eleição processar-se-á através de chapas, com diretor e vice – diretor, exceto nas escolas com menos de 500 (quinhentos) alunos, onde não haverá o cargo de vice-diretor (ARIQUEMES, 2008).

A lei também prevê sobre o processo de como é realizado a eleição, mediante aos votos:

Art. 5º. A eleição processar-se-á por voto direto e secreto, proibido o voto por representação. Lei nº 1387, de 26 de maio de 2008. Art. 6º. Inciso I No caso de chapa única, esta somente será eleita, caso obtenha 50% mais um dos votos válidos, ou seja, não computados votos brancos e nulos. Lei nº 1387, de 26 de maio de 2008.

Mediante o processo eleitoral realizado nas instituições escolares, é previsto na lei que quando não há funcionários com interesse de concorrer ao cargo de diretor, à secretaria municipal da educação encaminha um funcionário para exercer o cargo de gestor nessa escola. Quando esse fato acontece é notável que a democratização escolar, nesse aspecto da eleição não é vivenciado.

4 A METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente seção tem por intuito descrever os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa que teve por objetivo analisar o envolvimento da comunidade (funcionários, alunos, pais e responsáveis) no processo de eleição para diretores nas escolas.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com revisão bibliográfica, pesquisa documental às bases legais e coleta de informações para subsidiar a elaboração de trabalho monográfico. A investigação empírica ocorreu no período de 7 de abril a 5 de maio de 2014, em uma Escola Municipal localizada em um bairro periférico do município de Ariquemes (RO).

Com base nos apontamento de Neves (1996), a metodologia descritiva qualitativa, que por sua vez, tem a intenção de observar, registrar e analisar sem, contudo, entrar no mérito do julgamento do certo ou errado. Na pesquisa qualitativa o trabalho de descrição tem caráter fundamental. Dessa forma, no processo investigativo, deve ser levado em consideração todo o procedimento da pesquisa descritiva.

Dela faz parte à obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados (NEVES, 1996, p.1).

O percurso deste trabalho investigativo inicia-se através de uma revisão bibliográfica sobre o tema da democratização da escola pública por meio da eleição para diretores, posto a importância de compreender, apresentar e fomentar o assunto. Nesta etapa percebeu-se que o processo de escolha de diretores de escola por meio de eleições é uma prática que pode ser constatada nas escolas públicas em vários estados do Brasil, ou seja, o processo eletivo como critério para escolha de diretores tem angariado aliados em várias regiões do país, tornando-se uma realidade importante em muitos municípios e estados da federação brasileira. Assim, essa prática tem se firmado e mudado algumas possibilidades onde antes vigorava a nomeação política.

Em seguida, fez-se um estudo da legislação que fundamenta a eleição para diretores no Brasil, na qual se viu que a gestão escolar democrática se intensificou com a promulgação da Constituição Federal. A LDBEN cita os artigos 14 e 15 da referida Lei prescreve que os

sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades (BRASIL, 1996).

Entretanto, há de se observar os artigos 14 e 15 da referida Lei prescreve que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades (BRASIL, 1996).

Em 2008, por intermédio da Lei municipal nº1.387, de 26 de maio de 2008, efetivou-se a eleição direta nas escolas municipais de Ariquemes. O processo se dá considerando eleitores: os alunos acima de 16 anos; funcionários efetivos (concursados); pais ou responsáveis dos alunos, conforme descrito no Art.2º da referida Lei. Contudo, os concorrentes devem ter no mínimo exercício de dois anos efetivo na escola e elaborar um plano de trabalho como critérios para candidatar-se.

Após a revisão de literatura sobre o tema e estudo das orientações para o processo de eleição de diretores nas escolas da rede municipal de Ariquemes, deu-se a investigação empírica em uma escola da referida rede. A coleta de informação ocorreu em duas etapas, uma de pesquisa documental aos registros do último processo eleitoral (edital, planos de trabalho, atas, resultados) com consulta e registro no diário de campo; e, outra, com investigação junto aos atores envolvidos no referido processo eleitoral.

Para a coleta de informações junto aos atores, primeiro aplicou-se um questionário de pesquisa (ver Apêndice A) para quinze sujeitos envolvidos no processo eleitoral, representantes dos seguintes segmentos: professores, equipe gestora, funcionários da escola, pais de alunos, alunos. Este questionário foi preenchido por 2 alunos, 2 pais de alunos, 5 professores, 1 secretária, 3 zeladoras, 1 diretora, 1 vice diretora. O questionário de pesquisa foi organizado em duas partes: a primeira destinou-se a levantar dados sobre o perfil dos entrevistados e questões sobre o conhecimento destes sobre a eleição de diretores.

Salienta-se que na coleta de informações, utilizou-se também de entrevistas diretas com 10 atores envolvidos no processo eleitoral, alcançando os mesmos segmentos, utilizando os atores que preencheram o questionário, dos 15 atores foram selecionados 10 que participaram da entrevista. As informações foram coletadas através de roteiro com quatro perguntas (as mesmas) para todos os dez entrevistados (ver Apêndice B).

Os entrevistados (funcionários, pais e alunos) foram escolhidos de acordo com a disponibilidade e aceitação por parte dos sujeitos convidados, que assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Apêndice C). Não se levou em consideração sexo, idade, escolaridade na escolha dos entrevistados. Contudo, foi imprescindível que estes tivessem participado do processo de eleição e houve a preocupação em ouvir todos os

segmentos escolares (funcionários: orientadora, diretora, secretaria, professores, inspetor de pátio, zelador, cozinheira; aluno; e, mães de alunos).

Após a coleta de informações, ocorreu o tratamento destas para que os dados levantados pudessem ser analisados a partir da discussão com os autores apresentados na revisão bibliográfica.

Ao analisar o envolvimento da comunidade escolar no processo de escolha de diretores por eleições a partir da investigação da participação e influência dos diversos segmentos escolares (funcionários, alunos e pais ou responsáveis), levam-se em consideração os conflitos de interesses existentes no interior da unidade escolar. As categorias foram criadas no momento das entrevistas, de acordo com as observações e respostas dos atores da instituição escolar. Para tanto, a pesquisa considera as seguintes categorias para subsidiar o trabalho de análise:

Participação Social: É necessário enfatizar que a participação social influencia significativamente a instituição escolar, uma vez que no exercício da democracia, no que diz respeito às tomadas de decisões, esses sujeitos envolvidos têm voz para expor os seus anseios nos determinados assuntos da escola.

A participação social teria, pois, papel relevante tanto no que diz a respeito à expressão de demandas como em relação à democratização da gestão e da execução das políticas sociais. A consolidação desta participação, na última década, efetuou-se principalmente por meio dos diversos formatos de conselhos e dos diferentes mecanismos de parceria colocados em prática nas políticas sociais (SILVA, JACCOU, BEGHIN, 2005, p.375).

Esse direito foi alcançado por volta dos anos 1980, posto que esta foi uma época que borbulhava o processo de redemocratização política do país. Nesse período, inicia-se a participação dos atores sociais nas tomadas de decisões políticas e sociais.

Conflito de interesses: De acordo com argumentos expostos nas entrevistas, é perceptível que há conflito de interesses. Nota-se, patente, dois grupos de sujeitos no interior da unidade escolar, em buscas de seus objetivos em comum, caracterizado pela heterogeneidade e pelos distintos modos de compreender a escola. Assim, de um lado encontram-se os professores e gestores e, do outro, a equipe de apoio composta por zeladores cozinheiras e inspetores de pátio. Enquanto os alunos e comunidade escolar ficam à parte desta disputa pela hegemonia da noção de “escola pública” de cada grupo acima citado.

4.1 Contextualização da escola e atores escolares envolvidos na pesquisa

Para subsidiar a compreensão da realidade social estudada, importa destacar as características da unidade escolar em que foi desenvolvida a pesquisa empírica e também dos atores escolares envolvidos na pesquisa, que no trabalho investigativo, são percebidos enquanto indivíduos e enquanto representação de um segmento da comunidade escolar.

Para caracterização da escola, fez-se pesquisa documental no Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino estudada (ARIQUEMES, 2014). Segundo este documento, esta escola é uma instituição formal e sistemática, vinculada a Secretária Municipal de Educação e mantida pela Prefeitura Municipal de Ariquemes. É uma escola que se preocupa em oferecer a seus alunos conhecimentos e habilidades essenciais preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo.

O atendimento educacional da entidade se dá em dois períodos: matutino e vespertino e atende 26 turmas entre 1º ano ao 8º ano do ensino fundamental atendendo a clientela circunvizinhas. Os alunos matriculados são oriundos do bairro em que a escola está estabelecida, bem como de alguns bairros vizinhos.

A escola atualmente atende a setecentos e setenta e cinco alunos, sendo quatorze turmas da primeira fase do Ensino Fundamental e 12 turmas da segunda fase do Ensino Fundamental. A instituição também conta com Educação Integral com cento e vinte alunos que participam do Programa Mais Educação em horário oposto ao da sala de aula (ARIQUEMES, 2014).

A instituição de ensino possui em seu espaço físico: sala de Direção, sala de Coordenação Pedagógica, sala de Orientação, treze salas de aulas, recinto para Prestação de Contas, Secretaria, Biblioteca, Laboratório de Informática com trinta e seis computadores disponíveis para uso dos alunos e vídeos, sala de Recuperação Paralela, Dispensa, Almoxarifado, Sala de Recursos, banheiros masculinos e femininos que estão disponíveis aos alunos. Banheiro para o uso dos funcionários. Espaço para atendimento das oficinas do Programa Mais Educação. Possui ainda com uma quadra coberta para atender a prática de esportes e também uma de areia construída recentemente (ARIQUEMES, 2014)

Em entrevista, a diretora em exercício salientou que a equipe escolar é composta pelas seguintes funções: diretor, vice-diretor, secretário escolar, agente de gestão escolar (que cumpre sua função como auxiliar na Secretaria), prestador de contas, orientador educacional

para o ensino fundamental I, orientador educacional para o ensino fundamental II, coordenador pedagógico para o Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano), coordenador pedagógico para 4º e 5º anos, coordenador pedagógico para o ensino fundamental II e coordenador pedagógico para o Programa Mais Educação.

A equipe de agentes de serviço escolar tem em seu quadro: 03 merendeiras, 06 zeladoras, 01 zelador, 02 inspetores de pátio, 02 vigias, 01 prestador de contas, 01 funcionário de biblioteca, 01 secretário escolar.

Os professores da instituição estão devidamente distribuídos de acordo com as turmas ofertadas. O quadro de professores pode ser conhecido da seguinte maneira: 02 professores têm o ensino médio na modalidade Magistério; 14 professores são pedagogos e 01, Pedagogo, com especialização em psicopedagogia; 06 professores são habilitados em Letras, Língua Portuguesa; 01 professor é habilitado em matemática; 01, com habilitação em ciências física e biológica e matemática; 01 professor, formado em Geografia; e, 02 professores, na área de educação Física (ARIQUEMES, 2014).

Ressalta-se que as famílias que compõe a comunidade escolar são significativamente diversificadas. Em sua maioria os alunos têm pais e mães que trabalham em período integral nas indústrias de diversos segmentos e como empregadas domésticas. A maioria das famílias se mantém com no máximo dois salários mínimos, onde os responsáveis trabalham por no mínimo oito horas diárias, levando os alunos a participarem de atividades extraclasses na escola ou fora dela em instituições filantrópicas (ARIQUEMES, 2014).

É fato que algumas famílias são geridas apenas pela figura materna e outras pelos avós, com ou sem guarda legal dos menores.

O bairro tem uma grande e significativa diversidade de cultura, posto que as pessoas que o compõe são oriundas de todas as regiões do Brasil, entretanto, o nordeste tem a maior representatividade quanto a origem das famílias.

A proposta da escola é validar um ensino que garanta êxito aos seus discentes, e assim compreende o que diz (FREIRE 1979 *Apud* ARIQUEMES, 2014) a ação docente é à base de uma boa formação escolar e contribui para a construção de uma sociedade pensante. Nesse sentido compreende que, tanto docentes quanto todos os responsáveis pelo ensino, devem enfaticamente assumir seu verdadeiro compromisso e encarar o caminho do aprender a ensinar. Evidentemente, ensinar é uma responsabilidade que precisa ser trabalhada e desenvolvida.

Com o intuito de consolidar um ensino de qualidade, a proposta de gestão da escola é atuar sempre de maneira inovadora, incentivando os envolvidos para a obtenção de resultados

positivos em todos os âmbitos. Suas reuniões são comumente respaldadas através dos conselhos de classe e conselho escolar. Estes órgãos são responsáveis por deliberar e nortear os trabalhos e projetos da instituição.

Busca-se através deste Projeto Pedagógico, expressar a ousadia de inovar a prática pedagógica redimensionando o tempo e o espaço escolar, buscando um caminho que aponta para a superação da cultura tradicionalmente assumida como simples transmissão de conhecimento, avançando no sentido de pesquisa e da construção de novos saberes a partir do convívio e das inter-relações das áreas do conhecimento e destas com a realidade (ARIQUEMES, 2014).

Segundo os documentos da escola, os docentes são acompanhados por uma equipe gestora que oferece suporte pedagógico e acompanha o desenvolvimento das práticas em sala, vislumbrando eficiência e qualidade de ensino.

No PPP da escola, está registrado o compromisso da mesma com os princípios e objetivos definidos na Constituição Federal de 1988 e LDBEN nº 9394/96. Prescreve também que o trabalho do gestor seja formulado de maneira conjunta e harmoniosa, visto que o trabalho não pode ser pensado nem realizado no vazio e na improvisação ou de forma independente. Todos os projetos e trabalhos desenvolvidos precisam ser percebidos por todos, uma vez que possibilitam inovação da prática pedagógica e necessariamente faz da escola um local de formação de cidadãos críticos e participantes, capazes de agir na transformação da sociedade (ARIQUEMES, 2014).

Os atores escolares que participaram desta pesquisa, 15 a partir de preenchimento de questionários de pesquisa e, destes, 10, também com concessão de entrevista, apresentam o seguinte perfil: faixa etária de 26 a 40 anos, sendo 13 funcionários efetivos com mais de 2 anos na instituição; 1 mãe de aluno; 1 aluno, sendo 11 mulheres e 4 homens que preencheram os questionários. Percebe-se que a maioria foram mulheres, uma vez que as mulheres estão em maior número dentro da instituição.

Nota-se que os participantes mostraram um apreço pela instituição em que trabalham e acolheram com receptividade o trabalho de pesquisa na escola. Todas essas pessoas contribuíram com a sua opinião e o conhecimento que tinham sobre a escola. O número de participantes não foi maior em virtude de acúmulo de atividades com envolvimento com atividades que a escola promove. Para a realização da pesquisa as pessoas que foram entrevistadas cederam um espaço em seu horário de planejamento, outros que contribuíram por alguns instantes pausando o serviço para responder e dar sua contribuição com a pesquisa.

Os dados coletados a partir das entrevistas estão transcritos de acordo com os destaques feitos pela pesquisadora no trabalho de análise e, para que fossem mantidos em

sigilo os nomes dos entrevistados, cria-se os seguintes códigos para diferenciar as falas de acordo com o segmento escolar, sendo: “F” para funcionários; “CL” para Comunidade local para alunos e pai/mãe ou responsável por aluno. E, para distinguir os atores dentre os segmentos, utiliza-se numeração arábica junto ao código, conforme a sequência de aparecimento da fala no texto monográfico.

Para organizar o registro dos resultados e a análise, na próxima seção, primeiro aborda-se a percepção dos atores escolares participantes da pesquisa em relação ao processo eleitoral como mecanismo de escolha de diretores escolares;

5 ESTUDO DO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA ELEIÇÃO DE DIRETOR DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARIQUEMES

O Projeto de Lei que regulamenta a eleição direta para diretor escolar no município de Ariquemes foi aprovado, entrando em vigor como Lei Municipal nº 1.387, em 26 de maio de 2008. A referida lei possibilita uma gestão participativa extinguindo a permanência indeterminada dos diretores à frente da gestão da escola ou de acordo com os mandatos políticos.

Na pesquisa de campo desenvolvida numa escola urbana em um bairro periférico do município de Ariquemes, uma das questões que se procurou investigar é a opinião da comunidade escolar acerca da eleição de diretores como mecanismo de escolha do diretor escolar. Nos questionários de pesquisa, foram encontrados os seguintes resultados: 10 pessoas aprovam a eleição de diretor; 3 preferem o concurso; 2 entrevistados alegaram não gostar da eleição, nomeação ou concurso e preferiram outra forma de escolha, mesmo afirmando que não tinham ideia de outro processo, mas não preferem nenhuma das três opções. O que comprova a eleição como o mecanismo melhor aceito pela comunidade escolar da referida escola no processo de escolha do gestor da escola.

Diante desta constatação, na entrevista aprofundou-se a questão para investigar a importância do processo eleitoral enquanto mecanismo de escolha na percepção da comunidade escolar:

F1: Eu acho importante por que não é aquela coisa indicada, as pessoas opinam para estar na direção, não é aquela pessoa que foi colocada, a secretaria da educação não opina e é um negócio livre, quem estiver interessado a se candidatar é livre, providencia os documentos que são necessários e vai para a votação, ver o que a comunidade escolar acha melhor.

Essa nova correlação de forças onde a comunidade tem efetiva importância no contexto democrático tem por intenção facilitar e contribuir para o fortalecimento do processo de ensino. É perceptível que a superação da submissão que muitas vezes os gestores têm quando são nomeados politicamente, garante um trabalho educativo de melhor ênfase quando esse passa a ser dirigido por gestores que atende à maioria. Uma vez que como afirma Garske e Torres (2000, p.67) “Não é possível pensar em democracia plena sem sujeitos democráticos para exercê-la”.

De acordo com outro funcionário,

F2: É importante por que a gente mesmo escolhe o que é o melhor para a escola. Olha, a eleição de diretor é novidade. Faz uns seis anos que acontece a eleição aqui na escola, antes era tudo nomeação. A prefeitura que indicava. Nomeado é pior, às vezes nem entende do assunto e mandam ser diretor. É horrível essa experiência.

As respostas dadas demonstram a convergência com a discussão dos autores, Garske e Torres (2000) pela ênfase dada à importância do poder de escolha, característica do exercício democrático. Destaque dado em outra entrevista, também com um funcionário da escola:

F3: A importância, no meu entender, que é para quebrar esse vínculo que tem a prefeitura com a escola. Antigamente a prefeitura indicava e a escola aceitava às vezes ele tinha uma proposta diferente do que a escola necessitava, mas a gente tinha que respeitar. Com a eleição quebrou-se isso, a gente escolhe alguém da comunidade, não precisa alguém lá do 3 ou do 1⁸. A diretora já conhece a necessidade da comunidade e da escola.

Constata-se que na opinião relatada a eleição quebra o vínculo político hierárquico. A eleição garante que o gestor escolar, inserido na realidade social da escola e sendo escolhido enquanto “alguém da comunidade”, atenda aos anseios desta comunidade escolar, tendo suas propostas vinculadas às necessidades do público da instituição. De acordo com as observações feitas nas entrevistas, pode-se garantir a inibição do vínculo hierárquico através do processo eletivo.

A importância da inserção do gestor no contexto da comunidade, outro entrevistado destaca que a escola precisa acompanhar as transformações ao seu redor

F4: Tem que ter mudanças para que haja transformações. Tudo muda, então, a escola não pode ser pronto e acabado, tem que acompanhar as mudanças ao seu redor e a eleição é a chance do todo escolar fazer sua parte e votar em quem acha melhor. Quando você escolhe o diretor, este diretor já está por dentro da realidade da escola, da realidade dos professores e dos alunos. Quando manda uma pessoa de fora não conhece a nossa realidade, a do bairro e quando é da escola é um professor, orientador, alguém nosso já, aqui mesmo quando foi, escolhemos alguém que achávamos melhor por que já conhecíamos o trabalho dela.

Concebe-se que uma gestão escolar efetivada através da participação torna amplo o processo de discussão acerca da dimensão política da prática pedagógica. Sendo assim, é um componente que consolida o trabalho educativo. Conforme expõe Paro (2003, p.119),

⁸ Em Ariquemes, cidade de realização da pesquisa, os bairros antigos são nomeados por números: Setor 1, Setor 2, Setor 03, etc. Estes bairros, geralmente, são ocupados pelas famílias pioneiras ou por pessoas de melhor condição financeira, posto que os imóveis são mais caros por sua condição central no contexto urbano.

Se se parte de uma compreensão da educação escolar como um processo que não se desenvolve apenas nas salas de aula nem se reduz à aquisição de conteúdos, mas que, mais do que isso, perpassa todas as relações sociais que se dão na escola e inclui a apropriação de valores de cidadania e o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a elaboração recíproca entre os homens, então, parece questionável que a adoção das eleições de diretores contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino na escola pública (2003, p.119).

Dentro dessa ótica, foi salientado:

F5: O processo eleitoral é um processo democrático muito importante por que permite a qualquer funcionário apto (aqueles que atendem as exigências), lançar a candidatura. [...] A disputa é algo saudável e muito bom para escola por que facilita aos eleitores fazerem uma escolha consciente e, conseqüentemente, a melhor escolha.

Ao se considerar tal posicionamento infere-se que a participação da comunidade escolar configura-se numa forma de democracia, onde a sociedade possui seu importante papel. Conforme apresenta Oliveira:

[...] pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à vida cotidiana, sejam eles vinculados ao poder do Estado ou a processos interativos cotidianos, ou seja, em casa, nas escolas, no bairro (1999, p.11).

No entanto, foi observado também os argumentos daqueles que discordam da eleição como melhor mecanismo para escolha do diretor escolar. Segundo um funcionário entrevistado, o concurso é a melhor opção, dessa forma é possível evitar barganhas e privilégios.

F6: Eu acharia melhor o concurso, eleição tem muitas coisas compradas. O diretor primeiro beneficia muitas pessoas para depois ganhar o voto e no concurso não vai ter isso e tem muito puxa sacos. E outra, o nosso voto, dos funcionários não vale muito, mas o que ganha a eleição é os votos da comunidade. E quem sabe o que passa aqui dentro da escola é nós, os funcionários.

A efetivação da eleição de dirigentes escolares passou a ser visto como uma potente arma capaz de extinguir as práticas tradicionalistas ancoradas no clientelismo e no favorecimento pessoal.

Outra opinião também diverge da noção de que a eleição seja a melhor opção. Um dos entrevistados salienta que não vê melhorias nem vantagens nessa configuração de escolha para direção escolar. Em sua opinião não se percebe muita diferença.

F7: Ai você me pegou! Falar a verdade para você, isso aí só irrita, eu não vejo importância nisso aí não, por que na hora em que você conhece o candidato é uma coisa, depois, quando ele é eleito, quando ele começa a trabalhar, aí você vê outra pessoa. Então, assim é uma forma por que tem que ser escolhido. Quando eu cheguei, era nomeado. [...] Mas a gente se engana muito, eu não vi vantagem em eleição para diretor não, nomeado ou não, pra mim, não tem muita diferença.

A escola tem um papel significativo em relação à sociedade, quando se fala em gestão democrática não se pode basear apenas no ato específico das eleições em si, importa que se procure que esta democracia constitucionalizada faça da escola um lugar mais justo para todos, o que nem sempre se garante apenas com a eleição de diretores. A gestão democrática, segundo a dimensão política, é fundamental para a inclusão dos valores democráticos à formação do aluno, garantindo que os processos de gestão levem em conta a participação da comunidade escolar. Neste sentido, discute outro profissional entrevistado:

F8: O processo da educação hoje, ele é diferente do que era antes, então, é necessária que haja uma liberdade maior na administração. Que seja democrático(entre aspas, a democracia). Por que eu não acredito na democracia que eles pregam na educação, mas é para uma liberdade maior dos pais na escola, os próprios funcionários com essa eleição podem escolher entre as pessoas que estão na escola que estão habilitados. E a eleição para diretor precisa de alguém para dirigir a escola, para que venha ver as necessidades da parte burocrática.

Percebe-se que, segundo os envolvidos, a eleição é uma atividade inerente à democracia e torna a escola um espaço de consolidação desse processo. Conforme salienta um aluno entrevistado:

CL1: Ah! Eu acho importante por que temos a oportunidade de escolher o nosso diretor que vai administrar o nosso ambiente de estudo. Não tenho muito contato com a diretora, mas isso não impede de eu querer um melhor profissional para direcionar a escola. Penso que podemos escolher sempre a melhor pessoa. Olha, eu votei por que é necessário exercer o meu direito de cidadão e já não aguentava mais as professoras falando de uma tal de cidadania que precisa ser exercida e votando estamos exercendo essa função.

Salienta-se que a gestão democrática possibilita a educação política dos cidadãos tornando-os conscientes e partícipes, posto que esta permite amplo envolvimento e participação nas ações sociais e não apenas no processos eleitorais propriamente dito. Pode se perceber a ênfase dos alunos sobre a cidadania. O processo de discussão do processo eleitoral

em sala de aula contribui com o processo de formação de uma personalidade democrática tornando concreto a eleição do diretor na vida escolar dos alunos.

A democracia tem um fim: a educação dos cidadãos para a liberdade. Ela ensina os cidadãos a serem livres. É essa preocupação com o desenvolvimento da cidadania, no sentido de educá-la para a liberdade, que, segundo ele, distingue o regime democrático de qualquer outra forma de governo (BRANDÃO, 2006, p. 126)

Nota-se ainda que, a noção de gestão escolar democrática relacionada à qualidade do ensino é um dos fatores bastante discutido e observado durante a pesquisa. Outro ponto relevante e notoriamente apresentado trata-se das parcerias, a questão da qualidade na educação. Aqui se mostra a participação de uma mãe que se mostra favorável ao processo de eleição e aponta as possíveis vantagens.

CL2: É muito importante por que, nós pais, temos a oportunidade de ir à escola escolher o que é melhor para os nossos filhos. Opinar, fazer campanha a favor do nosso candidato preferido. A eleição é uma inovação. A escola fica com cara de seres humanos com diálogos contras e recontras, discussões saudáveis. Esses processos contribuem com o andamento da escola, principalmente para os professores que podem escolher quem mais lhe convém para ser o seu líder no seu trabalho. Até os alunos fazem parte desse processo de eleição, por que eles chegam em casa falando: olha, esse professor é melhor, ele faz isso na escola, o outro faz assim. Construindo a sua opinião e isso já é um ato de cidadania por que já ajuda a votar mais tarde para a eleição dos governos.

A gestão democrática é um processo elogiado e bem visto pela maioria dos entrevistados. Aponta-se que o fator de mobilização da comunidade, torna a escola um espaço que privilegia as mudanças políticas e sociais, como bem ressalta Coutinho (2000).

(...) a democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade. Temos aqui determinados valores que o capitalismo demonstrou claramente que não é capaz de realizar. Uma verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações políticas, mas também modificações econômicas e sociais.” (COUTINHO, 2000, p.129).

É relevante abordar que tais eleições devem prioritariamente servir aos interesses da comunidade e ter como objetivo a ampliação da democracia, isso porque as instituições educacionais precisam, sobretudo, utilizar-se de mecanismos que possibilitem a interação e especialmente procurar consolidar o consenso dos que participam do processo.

5.1 Participação social

Para contribuir com o objetivo desta pesquisa, fez-se a escolha da categoria *Participação Social* para organizar o processo de análise do envolvimento da comunidade escolar no processo de eleição para diretores, entendendo que sem esta participação seria impossível a democratização dos processos decisórios no âmbito da instituição escolar. Ainda que a eleição de diretores enfatize a democratização da sociedade, uma vez que no processo eleitoral, a participação social possibilita a aproximação deste candidato às necessidades da comunidade, como destacam Silva, Jaccou e Beghin, “A participação social teria, pois, papel relevante tanto no que diz a respeito à expressão de demandas como em relação à democratização da gestão e da execução das políticas sociais” (2005, p.375).

É inegável que o processo democrático tem tido grande expansão em todos os setores sociais no Brasil, entretanto, ainda é tímido o envolvimento de todos os segmentos nesse processo. Por isso, importa conhecer de que forma ocorre o envolvimento da comunidade e funcionários no processo de eleição.

Para organização do registro monográfico, fez opção por analisar separadamente a participação social dos atores sociais envolvidos dividindo em dois segmentos: **funcionários**, abrangendo professores, gestores, pessoal de apoio, técnicos da secretaria escolar; **comunidade escolar**: alunos, pais, mães e responsáveis pelos alunos, conforme registro a seguir.

5.1.1 A participação social dos funcionários

É fato que os professores são responsáveis pelas formas de organização e gestão, uma vez que seu trabalho em sala de aula tem reflexo da gestão democrática, assim, como ressalta Libâneo (2005), é importante que esses profissionais compreendam os processos de tomada de decisões dos sistemas educativos e, sobretudo, perceba que a escola não está isolada do sistema social, político e cultural. Observando tal relevância, durante a pesquisa de campo, fez a investigação do envolvimento dos funcionários no processo eleitoral para conhecer de que forma deu-se este envolvimento.

As informações apontaram para uma participação efetiva no exercício do voto, mas, pequena durante o processo de campanha eleitoral. Dois funcionários, F2 e F7, mencionam o fato da pouca participação dos funcionários no processo eleitoral:

F2: Não apoiam. Ficam na deles. Não faz campanha não, eles apenas votam.

F7: A questão de votar, a gente acaba escolhendo entre as chapas. No caso da última eleição só uma chapa mesmo ou a gente ficava só com uma opção ou concordava ou não com ela.

Enquanto a percepção de um terceiro funcionário a respeito, demonstra o entendimento de que o comparecimento no dia da votação basta enquanto critério de participação,

F3: Sim, se envolveu bastante, pois veio bastante pessoas votar. Nós temos 700 alunos mais ou menos, vieram votar 349 pais, funcionários, alunos. Foi legal isso. **A participação foi total, todos vieram votar.** (grifo da autora)

A observação feita por F7, de alguma forma sugere o pouco envolvimento dos funcionários na campanha, tendo em vista que havia apenas uma chapa. No entanto, a observação de F3 demonstra que a participação social, enquanto possibilidade de influência, pode ficar prejudicada pela noção de participação apenas como exercício de comparecer às eleições e votar.

O processo eleitoral que foi investigado neste estudo foi o primeiro que rompeu com a lógica da indicação na escola pesquisada, este fato provocou, mesmo sendo uma campanha de chapa única, alguma mobilização.

Segundo a resposta registrada abaixo, houve um grande envolvimento do colegiado na demanda.

F3: Como a outra diretora era nomeada, todos os funcionários se uniram para mudar. Então não houve muitos contras.

F7: Foi feito muita campanha. Vários professores foram nas casas. Tem uma regra aí que o trabalho tem que ser feito anteriormente do dia da votação. Até a orientadora ajudou bastante.

É importante enfatizar que a escola, segundo Silva (1996, p.52), é um lugar social no qual a expectativa de mudança é o traço mais marcante. Sendo assim, esta por sua vez representa a esperança, o desejo humano em aperfeiçoar suas habilidades, mudar ou estruturar seus conceitos, além de promover-se integralmente enquanto ser que pensa.

Para se efetivar a gestão democrática nas escolas públicas é importante a participação dos segmentos nos colegiados. Para melhor esclarecimento procurou-se perceber como se deu a participação dos funcionários no processo de eleição. Segundo o funcionário A sua inserção no se deu da seguinte forma.

F1: Eu não pensava em ser diretora, eu era orientadora e tinha bastante acesso aos pais, e me dava bem com eles. Tinham uma interação. Eu percebia que os pais confiavam em mim. Trabalhava aqui há cinco anos. Acho que o meu ponto positivo, que chamou atenção dos colegas de trabalho, foi esse contato com os pais e acharam que eu seria capaz de liderar essa escola.

De acordo com Gadotti:

“a gestão democrática deve estar impregnada por certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho [...] A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia (2002, p.36).

Ao analisar o autor é possível considerar que a participação é o primeiro e grande passo nessa perspectiva de assegurar a legitimidade do processo eleitoral. Para o funcionário entrevistado sua participação contribuiu e assim seu papel de cidadão foi executado.

F2:Eu participei da comissão fiquei o dia inteiro sentada observando e fiscalizando, acredito que fiz minha parte como cidadã .

É imprescindível que se discuta as necessidades da sociedade e se possibilite a participação nas decisões em todo e em qualquer âmbito. A participação do funcionário F4 mostra a significância de cada um nesse processo.

F4:Eu ajudei conscientizando a família, os meus parentes que trabalham aqui, que moram no bairro, os meus vizinhos para votarem. Com os alunos também. Conscientizando o que era mais importantes, o que eles viram que é necessidade da escola. E eu também vim votar, a eu ajudei bastante por que o poder está nas palavras e na visão de ver a saída e utilizar os alunos e comunidade a votar no candidato que eu achava melhor.

Objetivando uma ação e a atuação conjunta, os segmentos escolares podem demonstrar eficácia no que diz respeito às discussões e possíveis resoluções de problemas vivenciados na escola. O anseio pela gestão democrática leva a efetivar a inserção dos funcionários na eleição. Conforme responde o funcionário F5.

F5:Votei e apoiei à candidata a diretora. Esse apoiar e conversar com os pais a votar sim. Ela é competente, faz um bom trabalho aqui na escola como orientadora. Ela sim vai poder contribuir na gestão como diretora excelente aqui na escola.

Segundo a observação de Paro (2002), é fato que nem sempre todos entendem a necessidade de envolver-se nessa demanda eleitoral.

A participação democrática não se dá espontaneamente; sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, poder altamente concentrado e de exclusão de divergências nas discussões e decisões (PARO 2002, p.96).

Em conformidade com tal levantamento os funcionários F6 e F7 salientam.

F6: Fiquei em cima do muro, só trabalhei mesmo. Até que no dia a gente não podia fazer nada mesmo, só trabalhei. Por que eu tenho medo de mudança. Eu tenho medo do que está por vir, por que como era professora nova não contribui não. Tem pessoas que não trabalha mesmo só vai vota, r mas tem alguns que participam mesmo, participaram de todos os momentos do processo eleitoral.

F7:Eu participei como votante apenas. Não quis fazer campanha ou me manifestar.

É relevante discutir que a democracia na escola não será construída, nem tão pouco consolidada se não houver interesse e inclusão de todos. Assim, importa enfatizar que essa é uma luta pela participação nas decisões e nos problemas de interesses não só da escola como também de toda comunidade escolar que necessariamente inclui os alunos, professores, funcionários e os pais.

Desta forma, verifica-se que a noção de participação social ainda é difusa, uma vez que alguns se consideram envolvidos no processo apenas pela possibilidade do voto, enquanto outros atuaram em todo o processo eleitoral, seja na campanha, seja no próprio trabalho eleitoral como mesário.

No próximo item, discute-se a participação da comunidade escolar no processo eleitoral.

5.1.2 Participação social da comunidade escolar

Acredita-se que a gestão escolar democrática venha de forma eficiente contribuir para o processo de construção da cidadania. Os estudos de Paro (2002) possibilitam a reflexão sobre a ideia de que a gestão escolar democrática reforça a condição emancipadora do ato pedagógico, posto que se compreenda a gestão como um processo político administrativo que garante a diversidade de ideias, além de organizar, orientar e viabilizar a prática social da educação. O processo para a eleição de diretores nas escolas municipais da rede de ensino de

Ariquemes ocorre de forma comum e conhecida pela comunidade. Os candidatos se dedicam e expor suas propostas e a conquistar o voto dos funcionários e pais.

Na investigação empírica, foi observado junto ao grupo formado por alunos, pais e mães ou responsáveis pelos alunos como ocorreu à participação destes segmentos no processo eleitoral investigado. Destacam-se as falas de uma mãe e um aluno (CL1 e CL2):

CL1: Nas reuniões, quando vai fazer as visitas, o povo colabora, não totalmente, 100%, mas a comunidade acaba se envolvendo sim, boa participação. Esse ano teve uma participação muito grande dos pais. A maioria veio votar na eleição.

CL2: Eu participei votando, mas repassando as informações que as minhas professoras me falavam na sala de aula. Acho essa participação bem importante, devido a mim, a minha mãe teve a curiosidade de ir a escola várias vezes entender desse processo de eleição. Por que quando falei para a minha mãe a primeira vez ela achou super legal e falou: “eu tenho que ir conhecer isso” e eu respondi: a sua participação é necessária, pois a professora falou que todos tem que ter participação nesse processo.

A mãe entrevistada destaca a presença dos pais no dia da reunião, enquanto o aluno estende a sua observação ao processo de discussão que ocorreu na escola antes do dia de votar, neste processo evidencia a conexão entre o ambiente escolar e o contexto familiar tendo na eleição o tema que promove tal integração.

Sabe-se que a colaboração entre família e escola é uma perspectiva vinculada à gestão compartilhada, onde a centralização nas tomadas de decisões é expressamente derrubada. Discute-se, portanto que as parcerias não se encerram somente na eleição em si, igualmente, necessariamente precisam permear a execução das atividades e estender-se a todas as fases que antecedem e sucedem o processo eleitoral.

A percepção de que o processo eleitoral é apenas um mecanismo de participação dentre tantas outras formas, foi destacada no contexto da crítica à pouca participação, seja para votar, seja na participação cotidiana da agenda escolar:

CL2: Na verdade a comunidade se envolve pouco na questão eleitoral, por que os pais hoje em dia vêm pouco à escola. Muitas vezes são até chamados a vir, mas não comparecem. Um exemplo disso é nas próprias reuniões de pais, em uma escola como a nossa que tem 800 alunos, participam 60 pais. É muito difícil ter um número bom de pais na reunião, mesmo marcado a reunião à noite, eles não vêm, ou quando eles aparecerem é quando os filhos fazem alguma travessura para os pais virem. Por isso que eu falo, questão de democracia à gente não vê muito não. Alguns pais vieram para vir votar.

A participação social é uma das razões pelas quais a comunidade escolar torna-se importante para garantir a gestão democrática escolar. De acordo com um aluno, CE2, participar deste processo é importante para a formação cidadã:

CL2: Votei e participei na comissão eleitoral. É a minha cidadania que eu estou exercendo.

O processo educacional tem sob sua responsabilidade a função de contribuir para a formação de um aluno crítico e consciente de seu papel social, educando que possa ser capazes de responder aos desafios mais complexos que a sociedade impõe. O fato é que somente através da interação dos alunos, professores e da comunidade que o gestor educacional desempenha seu papel na gestão da participação, garantindo aos envolvidos a possibilidade de opinar, sugerir e contribuir com a gestão escolar.

Importa discutir que a gestão colegiada na escola sugere a participação social dos diferentes segmentos nas definições acerca da administração escolar. Nesse sentido a comunidade, os alunos, todos os funcionários, em todos os âmbitos, tornam-se atores no processo da gestão da escola. Gerir os trabalhos pedagógicos implica em planejar, executar, acompanhar e avaliar, SILVA (2011).

Segundo Menezes (2012), consolidar uma direção que vislumbre um projeto coletivamente produzido, alude que esse processo estará em permanente construção, posto que a sociedade vive num contexto dinâmico. Sendo assim, é pertinente observar que cada escola é expressão de um processo histórico construído de acordo com a visão que os envolvidos têm sobre o mundo e sobre a educação. Segundo Ezpeleta e Rockwell (1989, p.268), a escola está “imersa em um processo histórico de amplo alcance, é sempre uma versão local e particular desse movimento”.

Ao se considerar esses fatores, pode-se constatar a complexidade que a gestão democrática alcança, posto que envolve, antes ainda da execução das decisões coletivas, a própria gestão da participação, considerando cada escola em seu contexto local.

Discutindo o envolvimento da comunidade no processo eleitoral, ressalta-se a seguinte observação:

CL1: Não tem nenhum empecilho, a comunidade pede para participar. A única coisa que atrapalha é o horário do expediente do comércio, pois muitos estão trabalhando. Alguns tiveram vontade de vir mais não conseguiram vir por esse motivo. Por isso, às vezes tenho dificuldade de ir a escola participar da votação.

Com o intuito de favorecer o envolvimento e também a participação de todos, seria pertinente uma melhor adequação de horários na opinião do entrevistado. O que demonstra a importância de que a escola considere a realidade local da comunidade escolar.

CL2: Para a comunidade participar da votação de diretor com um percentual maior, necessita mudar o horário de votar, tinha que ser um horário especial, não no horário de trabalho.

Mesmo com as dificuldades quanto à disponibilidade de tempo para a participação na escola, perguntado sobre a importância da participação da comunidade escolar no processo de escolha de diretores, destaca-se a seguinte resposta:

CL1: Contribui. Só essa quebra do sistema de colocar a questão de indicar e a pessoa ser autoritária, hoje já não existe mais. Como ela precisa, vai ser candidata de novo, é legal isso, ela conversa mais com cada um. Chama no ambiente, pergunta sobre os problemas que está acontecendo. Não tinha isso. A pessoa nomeada não se preocupava.

A eleição para diretor, bem como a forma como o diretor irá gerir o processo educativo favorece a participação e insere a comunidade na administração escolar, que se percebe como necessária para a melhoria da qualidade da educação.

CL1: Não tem empecilhos para o processo eleitoral. Somos livres para participar tanto na escola como em qualquer órgão. Temos direitos, somos cidadãos e na escola, com a eleição, deixou isso bem claro, todos da escola têm o seu valor e dão a sua opinião e escolhe através do voto.

Na opinião dos entrevistados, a eleição legitima a escolha da comunidade escolar:

CL1: Com certeza, por que assim a pessoa foi escolhida, confiam naquela pessoa escolhida, eles tem a liberdade maior facilitando a participação das pessoas que ficam mais à vontade.

CL2: Mudou muito a eleição para diretor por que aí o funcionário está dentro da escola, aí dá para cobrar dele. Assim podemos participar perguntando para as vizinhanças que tem filhos na escola qual o funcionário tem capacidade e honestidade de liderar a escola.

É fato que o papel do diretor dentro dessa configuração eletiva deixa de ter a função de fiscalizar e controlar, onde as decisões são centralizadas e os interesses atendidos pertencem à minoria. Com a eleição, a função do gestor também é de mobilização, de empenho em função da participação.

[...] o diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanha o desenvolvimento das ações, presta contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 335).

A consideração, dos autores coincide com a observação feita em uma das entrevistadas sobre o impacto da eleição para diretores na relação diretor-comunidade escolar:

CL1: Sim, exatamente para que tenhamos alguém que entenda a nossa realidade e depois poderemos cobrar o que é necessário para a escola. E contribui com o ligamento da escola e comunidade, algo para que deixe a comunidade mais próxima dos processos que acontecem na escola, podendo participar e decidir o futuro da escola junto aos professores.

Pode-se perceber que a gestão democrática tem se tornado um dos grandes aliados no que se refere à busca por qualidade na educação, uma vez que se evidencia através da prática efetiva da cidadania. Depreende-se que o principal papel da educação é a formação do educando para a vida em sociedade e para o cumprimento de sua cidadania. Segundo Lück. et.al. (2005, p. 82), a gestão democrática deve visar à prática coletiva e social, tornando-se um processo de participação de todos. Nesse contexto, segundo o posicionamento do entrevistado CE1 e CE2, o processo eleitoral é necessário posto que garante a participação da comunidade.

CL1: A participação dos pais na escola é necessária para que a comunidade conheça mais a escola e o que acontece dentro da escola para que nos comunidade pudermos participar. Mais pra isso tem que vir haver ações da escola explicando sobre o funcionamento e o desenvolvimento e que essas ações feitas para explicar mostrar pra nos a importância. Para que a comunidade venha na escola, conhecer os professores por que geralmente o diretor é um professor, mostrar para nos realmente o que acontece.

Paro (2003) ressalta a importância da participação das pessoas nas eleições. Tanto nas entrevistas quanto na revisão bibliográfica sobre o assunto, foi constatado que a maioria das pessoas tem uma opinião bastante persistente sobre a democracia escolar exercida no processo eleitoral para diretores no envolvimento da comunidade no processo eleitoral.

CL2: Se estamos falando de democracia, ela vai legitimar ela vai dar mais liberdade, possibilitar essa participação. Mas, sinceramente, eu não vejo, ainda não estou conseguindo ver isso, na última eleição fez a comissão, aí vim à documentação da prefeitura aí a candidata à diretora fez reunião mostrou a sua proposta e foi isso e a maioria votou e é a gestão que está aí hoje. A gestão era para ter mais possibilidades, pra mim a democracia é isso haver mais possibilidades as coisas ser decidida mais aberta, você aceita ou não as coisas vão acontecer do mesmo jeito, no entanto a coisa já vem pré-determinada independente se a realidade da escola ou não vem e pronto agora só colocar em prática.

É fato que a democratização demanda da sociedade verdadeiro envolvimento na formulação, avaliação e fiscalização da política educacional. Com isso faz-se necessário que os pais ou grupos sociais estejam antenados com os trabalhos, projetos e demais processos das instituições. Quando questionado, o entrevistado dá sua contribuição abordando sobre o envolvimento da comunidade no processo eleitoral.

CL1: Eu volto a falar da participação da comunidade no processo eleitoral que é muito bem vinda à escola e isso estreita os laços entre a gestão e a comunidade no modo que facilita a troca de informações, sugestões e propicia um ambiente pacífico, claro e transformador no que diz respeito à gestão e à participação da comunidade, onde a comunidade é a maior beneficiária por que a escola serve aos seus interesses. Com a gestão democrática nas escolas, a participação da comunidade é bastante expressiva, através das APP's e Conselho Escolar que permite a representação da comunidade discutir questões educativas e seus desdobramentos nas práticas político-pedagógicas na escola.

Sabe-se que a escola tem por obrigação social incrementar a prática da democracia. Essas observações podem ser percebidas através da colocação de uma mãe de aluno.

CL1: Ajuda muito, por que podemos fazer parte da decisão de quem vai governar a escola que os meus filhos estudam, então vou poder escolher os funcionários que irão trabalhar na escola em que eles estudam.

Faz-se necessário que toda a comunidade esteja atenta e participe de forma efetiva dando sua contribuição e tornando-se importante no processo de escolha da direção escolar. Em conformidade com essa possibilidade uma mãe de aluno aqui denominada de entrevistado destaca.

CL1: Eu participei votando fazendo campanha, chamando aos pais para irem votar. Quase todos os dias eu ia à escola para conversar com os funcionários para eu observar como eles trabalham e sempre perguntava para os funcionários o que você acha daquela candidata. Eu estou de alma lavada, pois fiz a minha parte: participei mesmo. Até na hora eu assinei fazendo parte da comissão de representante de pais. Essa participação me deixou com uma sensação de eu ser importante, fazendo parte no concreto dos documentos da eleição. A minha marca vai ficar gravada lá, mais uma cidadã passou por aqui e fez a sua parte. Eu senti fazendo parte daquela família mesmo que foi apenas sim ou não, mas eu estava torcendo, vivendo aquela emoção, esperando o resultado das contagens dos votos. Quando saiu o resultado, o meu coração disparou, essa é a nossa diretora.

A participação da comunidade escolar garante a gestão democrática na escola e, fazer parte do processo, empodera os participantes enquanto atores escolares que protagonizam escolhas e vivenciam o exercício da cidadania. De acordo com um aluno, o envolvimento no processo possibilitou sua ação em diferentes aspectos,

CL2: votei, e participei na comissão eleitoral, é a minha cidadania eu estou exercendo.

Diante do exposto, pode-se observar que a comunidade escolar, simplesmente pelo ato de votar, se considera participativa nas decisões da escola, mas o que vemos, na prática é que em muitas vezes que há necessidade de participação da comunidade, esta não se faz presente.

5.5 Conflito de interesses

No período em que se desenvolveu a fase empírica da pesquisa, foi perceptível a existência de conflitos de interesses no interior da unidade escolar. Nota-se, patente, dois grupos de sujeitos no interior da escola que estão fortemente armados em busca de seus objetivos. Caracterizam-se pelos distintos modos de compreender a escola. Assim, de um lado encontram-se os professores e gestores e, do outro, a equipe de apoio composta por zeladores, cozinheiras e inspetores de pátio. Enquanto os alunos e comunidade escolar ficam à parte desta disputa pela hegemonia da noção de escola de cada grupo.

Este aspecto fica destacado na fala de um funcionário entrevistado:

F7: Nós, funcionários dessa escola, participamos sim do processo de eleição, mas não temos ânimo, quando falo “nós”, estou referindo ao grupo de apoio. A elite está sempre com os seus desejos, fazendo o que eles bem querem, por isso reafirmo, prefiro o concurso para diretor.

Compreende-se que a gestão democrática observada na Constituição Federal de 1988, no Art. 206, que subsidia também o Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), certamente pode ser vista como uma significativa conquista dos segmentos populares organizados e principalmente dos educadores e trabalhadores em educação. Entretanto, essa gestão precisa ser vista e executada de forma a atender as necessidades de seu público e consequentemente de todos os envolvidos. Nesse sentido, torna relevante salientar que de acordo com alguns entrevistados, essa configuração administrativa, não tem, por ora, norteado a gestão na escola pesquisada.

F7: Aqui, às vezes, eu me sinto a pior da pessoa por ser zelador, então essa democracia aqui na escola não funciona não, é uma opressão mesmo. Você que não tem influência, é apenas mais um. (...) Olha, eu tenho pós, aí vem os cursos, eles nem me chamam. Engavetam. Parece que zelador não pode participar dos cursos que a semed oferece a gente não pode nem entrar nas salas dos professores por que é do professor, nem usar os computadores.

Segundo algumas opiniões, a gestão democrática não é percebida no interior da escola, gerando conflitos que vêm à tona com a maior consciência política que começa a se desenvolver entre os participantes do processo.

Outro fator que diminui o aspecto democrático do processo eleitoral para diretor é a ausência de candidaturas. Os profissionais não se candidatam ao processo, situação que muitas vezes leva a configuração de “chapa única” na eleição para diretor, não deixando opção de escolha:

F8: Não, nas duas vezes só teve um candidato mesmo. Só sim ou não, mas a gente vê que eles tentaram trabalhar muito com a comunidade fazendo campanha. (...) Quando só tem um candidato a gente não tem opção. Quando tem dois candidatos, sabe, aquele negócio de um puxar o tapete do outro.

Na medida em que a instituição escolar abre espaço para todos os funcionários apto para se candidatar, às vezes os funcionários não se sentem dispostos para liderar a escola e por isso necessitam da eleição por chapa única, mas isso não tira a importância do processo de participação.

Diante do exposto sobre o conflito de interesses na escola, percebe-se o choque de opiniões e posições de ideias muito conflitantes. De acordo com os conflitos, houve uma riqueza de discussão muito grande na instituição escolar, pois os atores sociais debatem os anseios em prol da melhoria da escola.

6 CONCLUSÃO

Esta seção pretende sistematizar considerações sobre o processo democrático nas escolas, com o foco principal na eleição de diretor na escola pública. É de fundamental importância elencar que o processo de escolha de diretor se trata apenas de uma das várias possibilidades de influenciar na maneira de gerir uma instituição de ensino. Desse modo, é importante enfatizar que as eleições implicam, como todo processo de democracia, em efetivar a participação e o envolvimento das pessoas. E, ao promover o processo participativo, surgem também os conflitos de interesse, onde se pode observar que os participantes do processo desenvolvem a compreensão de que é preciso lutar por suas ideias e defender seus interesses. Tal processo caracteriza o fortalecimento da democratização da sociedade, pois as arenas demonstram que existe a possibilidade de mudança ou alternância de grupos na gestão pública.

Salienta-se que a gestão democrática está longe de ser um caminho pronto a seguir, outrossim, deve-se considerar que é algo que se constrói paulatinamente e de forma coletiva. É uma conquista coletiva, dentro de pressupostos dinâmicos de interação e intercâmbio entre gestor escolar, professores, pais, alunos e comunidade.

É de fato necessário enfatizar que esse processo de democratização das gestões escolares precisa se fortalecer para além da eleição para diretores. Uma vez por meio da coletividade é possível transformar a realidade do espaço escolar, além de estabelecer um ambiente em que cada componente da comunidade sinta-se parte do processo e membro importante dentro do contexto.

A pesquisa aponta que os mecanismos de democratização postos em prática hoje na escola pesquisada precisam de melhorias. Que os colegiados escolares precisam pensar na gestão democrática como a possibilidade de partilhar problemas e soluções, além de que todos tem papel importante e necessariamente são responsáveis pela qualidade do ensino oferecido e pelo bom trabalho prestado a sua comunidade. Percebe-se como grande foco a discussão sobre a importância da participação da comunidade escolar, este é um assunto em comum e pertinente do referido tema, entretanto essa possibilidade esbarra-se em algumas dificuldades, por exemplo: as pessoas se acostumaram a nem sempre serem ouvidas e assim perdem o interesse em expor suas opiniões. Essa pode ser uma questão cultural na qual as pessoas não gostam de participar de decisões e estão sempre esperando que os outros o façam.

Vislumbrar, discutir e enfatizar a gestão democrática dentro da escola é um desafio que deve ser assumido por todos, só assim ela se constituirá num elemento de transformação social e certamente será uma significativa ferramenta de consolidação da cidadania.

Contudo, é importante elencar que a legislação institucionalizou a gestão democrática e esta não pode ser percebida como uma mera concretização burocrática, mas, principalmente, que revela uma conquista política e essa realidade se traduz em mudança na estrutura das relações de poder na organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares. Sendo assim, é possível que a democratização da escola pública irradie democratização para outras áreas da sociedade e a escola, enquanto instituição, necessita investir nos gestores como instrumento de intervenção na realidade social e política.

Esses pressupostos evocam, portanto, a necessidade de se valorizar a educação enquanto uma ferramenta que tem o poder de contribuir para formação do cidadão e o despertar de uma sociedade democrática.

Sendo assim, pode-se considerar que a gestão escolar precisa ser percebida como um processo responsável e imprescindível para fomentar, promover, articular e envolver os indivíduos e suas ações dentro o ambiente escolar. Esclarecendo que as políticas de gestão devem ser encaradas com intencionalidade, o que pressupõe que entre a definição e efetivação existe um perceptível espaço.

No entanto, ao entrevistar os professores que atuam em sala de aula e outros funcionários da instituição escolar percebe-se que poucos demonstraram conhecimento sobre democracia, estão baseadas nas experiências do voto no processo eleitoral, nas dificuldades que acontecem para exercer a democracia. A eleição de diretor é apresentada, a todos os envolvidos na instituição escolar, como sendo o principal exercício da democracia, e os professores sempre falam que participam, mas ainda falta a participação da comunidade por inteiro, não apenas votando.

A pesquisa respondeu ao problema, sobre o envolvimento da comunidade escolar no processo eleitoral inicialmente levantado e também suscitou outras situações que podem ser abordadas em futuras investigações:

- Os conflitos de interesses diante da democratização que a eleição de diretor causa nos atores da instituição escolar;
- A contribuição da eleição de diretor na qualidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ARIQUEMES. Lei N° 1.420, de 14 de Outubro de 2008. Institui a Lei que rege a eleição de diretor no Município de Ariquemes e dá outras providências. Ariquemes-RO, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 6 Julho. 2014.

BRASIL: **LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394, de 1996**. 2º ed. 2001.

CALAÇA, Celina Ferreira. **Eleição de diretor de escola e gestão democrática**: Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, PUCSP, São Paulo, 1993

CASTRO, Marta Luz Sisson de & WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Eleições de diretores: Reflexões e questionamento de uma experiência. Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, jan./jun. 1991, 3, p. 103-112,

COUTINHO, C. N. **A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje**. In: FÁVERO, O e SEMERARO, G. (orgs.) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DOURADO, Luís Fernandes. **Democratização da escola: Eleições de diretores, um caminho?** Dissertação de Mestrado, UFG, Goiânia, 1990

_____, Messias. **Escolha de dirigentes escolares no Brasil. Relatório Final de Pesquisa**. Brasília: Anpae, 1998.

_____, **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, Naura C. (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, **Gestão da educação escolar**– Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

ESCOLA Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Levi Alves de Freitas. **Projeto Político Pedagógico**. E.M.E.I.E.F Professor Levi Alves de Freitas: Ariquemes-RO, 2013.

GADOTTI, M e ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez Editora: IPF, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos: **Organização e gestão: teoria e pratica** / ed. Alternativa. 2001.

LÜCK, Heloísa. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005

OLIVEIRA, I.B. **Sobre a democracia**. In: OLIVEIRA, I. B. *A democracia no cotidiano da escola*. Rio de Janeiro, DP&A:Sepe, 1999.

PAIXÃO, Regina da (1994). **O colegiado escolar como instrumento de gestão participativa: a vivência de Mato Grosso do Sul**. In: XAVIER, Antonio Carlos da R.; AMARAL

PARO, Vitor Henrique et al. **A escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.65, p. 11-20, maio 1988.

PARO, Vitor I Henrique. **Administração escolar, introdução crítica**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____, **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. Campinas: Papirus, 1996.

_____, **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____, **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. 2ª ed. - São Paulo: Xamã, 2003.

SILVA, T. T. e GENTILI, P. (orgs.). Escola S.A.: **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE, Brasília, 1996.

TRAGTENBERG, M. **Relações de poder na escola**. In: OLIVEIRA, D A ; OSAR, M de F. F, (orgs.) Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.11-16.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

Identificação

Sexo: ☐ feminino ☐ masculino. Idade: _____
Estado civil: ☐ solteiro ☐ casado ☐ separado/divorciado ☐ outro: _____
Tem filhos: ☐ sim ☐ não Quantos _____
Você mora próximo à escola: ☐ sim ☐ não. Bairro/Linha?: _____

Vínculo com a escola

Qual o seu vínculo com a escola? ☐ funcionário/a ☐ aluno/a ☐ comunidade
Se trabalha na instituição, qual sua função? _____
Se aluno, de qual série/ano? _____
Se comunidade, qual seu vínculo? ☐ pai/responsável ☐ líder comunitário
☐ outro: _____
Está junto à escola há quanto tempo? _____

Eleição de Diretores

Se você pudesse escolher, qual forma de ingresso você desejaria para a escolha do diretor?
☐ nomeação ☐ concurso ☐ eleição ☐ outro: _____
Você já participou de algum processo eleitoral de eleição de diretores? ☐ sim ☐ não
Em qual escola/município/UF? _____
Já participou da comissão do processo eleitoral de eleição de diretores? ☐ sim ☐ não
Qual foi sua função? _____
Em sua opinião, a comunidade envolveu-se na eleição para diretores da Escola?
☐ sim ☐ não

Muito Obrigada!!!!

Thaís Moura Costa

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

1) Qual a importância do processo eleitoral para a escolha de diretores? Por que “eleição para diretor”?

2) A comunidade se envolve no processo eleitoral diretamente ou indiretamente? De qual forma?

Como se dá a participação dos funcionários da escola?

Como se dá a participação da comunidade?

Como se dá a participação dos alunos?

3) Existem empecilhos ao envolvimento da comunidade no processo eleitoral?

Você acredita que a eleição legítima a escolha da comunidade e contribui para construir um ambiente mais participativo na escola (gestão democrática)?

4) Como se deu sua participação no último processo eleitoral nesta escola?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento livre e Esclarecido

Prezado(a)

A pesquisa “Eleições para diretor de escola do município de Ariquemes” está vinculada ao Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), sob-responsabilidade da acadêmica Thaís Moura Costa e orientação da Prof^ª. Lara Cristina Cioffi.

O objetivo da pesquisa é compreender qual o envolvimento da comunidade escolar (funcionários da escola, alunos e pais/responsáveis) no processo de eleição para diretor da escola do campo discutindo a gestão democrática e participação social na escola pública.

Para desenvolvimento da pesquisa em tela, pretende-se realizar pesquisa documental, observação com registro, aplicação de questionários e entrevistas com os diferentes segmentos que compõe a comunidade escolar, com o entendimento de que não há resposta certa, nem errada. De forma que ao responder livremente, você subsidiará a análise dos dados para compreender o processo de participação da comunidade respeitando as diferentes formas de pensamento e envolvimento dos sujeitos.

A entrevista será gravada somente em áudio para possibilitar o retorno às informações coletadas e o conteúdo mantido sob-responsabilidade da pesquisadora. Os dados coletados na entrevista serão utilizados para a análise sem identificação dos entrevistados. Os dados subsidiaram a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) sem identificação nominal das pessoas entrevistadas.

Se você sente-se suficientemente esclarecido e concorda em participar desta pesquisa, favor preencher o campo abaixo com seu nome, um documento de identificação e assinar. Caso tenha alguma dúvida, coloque-me à disposição para esclarecimentos:

Email: thaismouracosta8@gmail.com Fone (69) 9249-3982

Desde já agradecida,

Thaís Moura Costa
Pesquisadora
DECED/UNIR-Ariquemes

Eu, _____, RG: _____
declaro, após ter lido os esclarecimentos acima, concordar em participar da pesquisa **Eleições para diretor da escola do campo do município de Ariquemes.**

Assinatura

ANEXO 1- Lei Municipal nº 1387, de 26 de maio de 2008.

Lei nº 1387, de 26 de maio de 2008.

**“DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DE DIRETORES E VICE -
DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **Confúcio Aires Moura**, Prefeito Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º. Os diretores e vice-diretores das escolas públicas municipais serão eleitos pela comunidade escolar, para um mandato de 03 (três) anos, em eleição direta uninominal, podendo reeleger-se uma única vez.

§ 1º. Entende-se por comunidade escolar, para efeito deste artigo, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, membros do magistério e demais servidores públicos em efetivo exercício na unidade escolar.

§ 2º. A eleição processar-se-á através de chapas, com diretor e vice – diretor, exceto nas escolas com menos de 500 (quinhentos) alunos, onde não haverá o cargo de vice–diretor.

Art. 2º. Terão direito de votar na eleição:

I – Os alunos maiores de 16 (dezesseis) anos, regularmente matriculados na escola.

II – Um dos pais ou responsável legal pelo aluno menor de 16 (dezesseis) anos, perante a escola.

III - Os membros do magistério e os servidores públicos em efetivo exercício na escola, no dia da eleição, incluindo aí os funcionários desta escola que estiverem em gozo de férias ou licença.

Parágrafo único: Ninguém poderá votar mais de uma vez na mesma unidade escolar, ainda que represente segmentos diversos ou acumule cargos ou funções.

Art. 3º. Poderá concorrer as funções de que trata esta lei, todo membro do magistério público municipal que preencha os seguintes requisitos:

I – Tenha no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício no magistério público municipal e que pertença a pelo menos 2 (dois) anos do quadro efetivo da escola em que concorrer.

II – Seja concursado e tenha contrato de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais no município.

III – Formação em Pedagogia ou outra licenciatura com pós-graduação específica para exercício da função.

IV – Caso não haja na escola candidato que pertença ao quadro de funcionários da escola há pelo menos 2 (dois) anos, poderão concorrer qualquer candidato que preencha os requisitos dos incisos II e III deste artigo.

V – Caso não haja ninguém disposto na escola em candidatar ou que preencha os requisitos nesta Lei mencionados a Secretaria de Educação, indicará para assumir o pleito, sendo que o mesmo deverá proceder-se como se eleito fosse.

§ 1º. Os candidatos a vice-diretor deverão preencher os requisitos previstos nos incisos I, II e III.

§ 2º. Nenhum candidato poderá concorrer simultaneamente em mais de uma unidade escolar.

§ 3º. O professor que trabalhar 20 (vinte) horas em cada escola, eleito diretor de uma delas, automaticamente será transferido em regime de 40 (quarenta horas) para a escola em que foi eleito diretor no dia 01 de janeiro do ano seguinte.

Art. 4º. São atribuições do diretor:

I – Coordenar a elaboração, execução e avaliação do projeto administrativo – financeiro – pedagógico da escola em consonância com Conselho Escolar.

II – Coordenar a implementação do projeto pedagógico da escola, assegurando sua unidade, articulando o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

III – Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e das ações técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;

IV – Organizar o quadro de recursos humanos da escola, com as devidas especificações, submetendo-o a apreciação do Conselho Escolar.

V – Apresentar os resultados da avaliação da escola ao Conselho Escolar e as propostas que visem à melhoria de sua qualidade;

VI – Submeter ao Conselho Escolar, para apreciação e aprovação, o Plano de Aplicação de Recursos Financeiro;

VII – Zelar em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar pela conservação do patrimônio público, mantendo atualizado seu tombamento;

VIII – Representar a escola responsabilizando-se pelo seu funcionamento perante seus órgãos e entidades e ao poder público;

IX – Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emanadas dos órgãos do sistema de ensino;

X – Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Parágrafo Único: Em caso de não haver conselho escolar, as consultas e aprovação serão submetidas a assembléia geral da Comunidade Escolar, convocada especialmente para esse fim.

Art. 5º. A eleição processar-se-á por voto direto e secreto, proibido o voto por representação.

Art. 6º. Havendo duas ou mais chapas concorrentes serão considerados eleitos o diretor e vice – diretor integrantes da chapa que obtiver 50% mais um dos votos válidos, não computados os brancos e nulos.

§ 1º. No caso de chapa única será eleita se obtiver 50% mais um dos votos válidos, não computados os brancos e nulos.

§ 2º. Na hipótese de haver mais de duas chapas e nenhuma atingir os votos previstos no caput deste artigo, far-se-á nova eleição em segundo turno, até 15 (quinze) dias após a proclamação do resultado do primeiro turno, concorrendo neste pleito apenas as duas chapas mais votadas no primeiro turno.

§ 3º. No caso de haver um empate entre duas ou mais chapas em segundo lugar, o desempate dar-se-á da seguinte forma:

- I – Assumirá o candidato a diretor que trabalhar a mais tempo na escola;
- II – O candidato a diretor que tiver mais tempo de efetivo exercício de regência de classe;
- III – O candidato a diretor mais idoso.

Art. 7º. Para dirigir o processo eleitoral será constituída uma comissão eleitoral com 2 (dois) representantes de cada segmento (Funcionários, pais e alunos) que compõem a comunidade escolar.

§ 1º. Somente poderão compor a comissão eleitoral como representantes dos seus segmentos alunos com idade de 16 (dezesseis) anos completo.

§ 2º. A comissão eleitoral elegerá seu presidente entre os membros que a compõem, tendo este que ser maior de 18 (dezoito) anos, o que deverá ser registrado em ata, bem como os demais trabalhos, pertinentes ao processo eleitoral.

§ 3º. Os membros da comissão eleitoral serão eleitos por seus pares em assembléias gerais em cada segmento, convocada pelo diretor da escola.

Art. 8º. Para acompanhar os processos eleitorais nas escolas será formada uma comissão com 08 (oito) membros, sendo 05(cinco) eleitos pela categoria e 03(três) indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: Os nomes deverão ser encaminhados a Secretaria de Educação juntamente coma ata da assembléia.

Art. 9º. Os membros do magistério integrante da comissão eleitoral, não poderão compor chapas como candidatos à direção da unidade escolar.

Art. 10º. A comunidade escolar com direito a voto, de acordo com o artigo 2º desta Lei, serão convocadas pela Comissão Eleitoral, no mínimo 45 (quarenta e cinco dias) antes das eleições.

Parágrafo único: O edital convocando para eleição e indicando pré-requisitos e prazos para inscrição, homologação e divulgação das chapas, dia, hora e local de votação, credenciamento de fiscais de votação e apuração, além de outras instruções necessárias, deverá ser fixado em local visível na escola, devendo a comissão remeter aviso do edital aos pais ou responsáveis por alunos com antecedência de 30 (trinta) dias das eleições.

Art. 11. A inscrição se fará por chapas, cabendo a cada um dos candidatos a diretor e vice-diretor entregar a comissão eleitoral até 15 (quinze) dias após a publicação do edital, juntamente com o pedido de inscrição.

I – Comprovante de tempo de efetivo exercício no magistério público municipal;

II – Uma via do curriculum vitae;

III – Documento que comprove que não possui pendência junto ao SPC ou Serasa.

§ 1º. O candidato a diretor deverá entregar a comissão eleitoral no ato da inscrição de sua chapa síntese do plano ou programa de trabalho que pretende executar.

§ 2º. A comissão publicará no primeiro dia útil após o encerramento do prazo de inscrição o registro das chapas.

§ 3º. Qualquer membro da comunidade poderá pedir impugnação de candidato que não satisfaça os requisitos desta lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do registro das chapas.

Art. 12. Não será permitida a participação de elementos estranhos à comunidade escolar no processo eleitoral.

Art. 13. A comissão eleitoral disporá da relação de pais ou responsável dos alunos com direito ao voto dos membros do magistério e servidores pertencentes à comunidade escolar no mínimo 15 (quinze) dias antes da eleição.

Art. 14. A comissão eleitoral credenciará até 2 (dois) fiscais por chapa, para acompanhar o processo de votação e escrutínio.

Art. 15. Caberá a comissão eleitoral:

I – Constituir as mesas eleitorais escrutinadoras necessárias, com um presidente e um secretário para cada mesa, escolhidos dentre os integrantes da comunidade escolar.

II – Providenciar todo material necessário à eleição.

III – Orientar previamente os mesários sobre o processo eleitoral.

IV – Definir e divulgar com antecedência o horário de funcionamento das urnas, de forma a garantir a participação do conjunto da comunidade escolar.

Art. 16. Recebidos e contados os votos, serão os mesmos registrados em ata que será assinada por todos os membros integrantes da mesa eleitoral escrutinadoras.

Art. 17. Da eleição será lavrada ata assinada pelos membros da comissão eleitoral que ficará arquivada na escola.

Art. 18. Qualquer impugnação relativa ao processo de votação deverá ser argüida a Comissão Eleitoral no ato de sua ocorrência.

Art. 19. Eleitos o diretor e vice-diretor da escola em 03 (três) dias úteis, a Comissão Eleitoral entregará a documentação relativa ao processo eleitoral da Escola ao Secretário Municipal de Educação para fins de designação.

Art. 20. A vacância da função de diretor ocorrerá por conclusão de mandato, renúncia, aposentadoria, falecimento ou destituição.

Parágrafo Único: O afastamento do diretor por período superior a 2 (dois) meses, excetuando-se os casos de licença saúde, licença gestante e licença prêmio, implicará em vacância da função.

Art. 21. Ocorrendo a vacância da função de diretor, assumirá a direção da escola:

I – O vice-diretor, substituto legal do diretor;

II – No impedimento deste a vaga será preenchida obedecendo os requisitos do artigo 3º e pro escrutínio entre os Trabalhadores em Educação da referida unidade Escolar.

Parágrafo único: Observado os incisos I e II deste artigo e não houver interessados em assumir o cargo de diretor, a Secretaria de Educação indicará um diretor para concluir o pleito em vacância.

Art. 22. Ocorrendo a vacância da função de vice-diretor esse cargo será preenchido obedecendo ao inciso II do artigo 21.

Art. 23. A destituição do diretor ou vice-diretor somente poderá ocorrer quando:

I – Não for cumprida decisão oriunda do conselho escolar, amplamente discutida e democraticamente definida;

II – Em casos de insubordinação;

III – Seja comprovada, pelo conselho escolar a responsabilidade do diretor em questões que prejudiquem a normalidade das atividades escolares, tais como:

a) Uso do espaço público escolar, atendendo a interesses diferentes ao da comunidade escolar.

b) Ocorrer desvio de qualquer recurso material, financeiro ou patrimonial da escola, para outro uso que não os que levaram a sua aquisição.

c) Quando for comprovado abuso de poder.

§ 1º. A proposição para instauração de sindicância poderá advir da própria comunidade escolar, em decisão tomada pela maioria simples seus membros presentes na assembléia e com razões fundamentadas e registradas formalmente.

§ 2º. A sindicância deverá ser concluída em 30 (trinta) dias;

§ 3º. O Secretário Municipal de Educação determinará o afastamento do indiciado durante a realização de trabalho de sindicância oportunizando-lhe o retorno às funções, caso a decisão seja pela não destituição.

Art. 24. O disposto nesta lei se aplica a todos os estabelecimentos de ensino mantidos e administrados pelo poder público municipal e os que forem criados após a publicação desta lei.

Art. 25. As escolas multisseriadas não serão regidas por esta lei.

Art. 26. A eleição para diretor e vice-diretor será realizada na primeira quinzena do mês de novembro.

Art. 27. Não poderá no dia da eleição fazer campanhas, boca de urna, oferecer transporte dentre outros benefícios, sob pena de impugnação da candidatura por parte da comissão eleitoral.

Parágrafo único: A posse do diretor e vice-diretor eleito dar-se-á pela administração municipal no dia 05 (cinco) de Janeiro do ano subsequente as eleições.

Disposições Transitórias

Art. 28. Cabe a Secretaria de Educação garantir e oferecer as condições necessárias para todo desenvolvimento no processo eleitoral.

Art. 29. Deverá a Secretaria Municipal de Educação oferecer cursos de qualificação aos diretores e vice-diretores eleitos de 80 (oitenta) horas no mínimo, considerando os aspectos político administrativo, financeiro e pedagógico, com frequência obrigatória de no mínimo 75% devendo este ser ministrado entre a eleição e a posse do novo diretor.

Art. 30. Fica criada uma comissão de fiscalização o processo eleitoral nomeado pelo Prefeito, composta de 03 (três) membros, sendo um representante do executivo,

um representante do poder legislativo e um representante da comunidade da escola onde será realizada a eleição.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ariquemes/RO, 26 de maio de 2008.

CONFÚCIO AIRES MOURA

Prefeito Municipal